

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8325 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.033/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2026

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Licitação Tradicional

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE EXECUÇÃO: Prestação de Serviços (execução indireta), sob regime de empreitada por preço unitário.

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Sim

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.070/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e resíduos mistos dispostos irregularmente em área pública municipal, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil, resíduos de poda, móveis inservíveis, utensílios, tecidos, calçados, materiais recicláveis, vidro e outros resíduos heterogêneos acumulados, estimados em aproximadamente **2.110 m³**, incluindo fornecimento de mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, sinalização, encargos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços. A contratação compreenderá a escavação, revolvimento, carregamento mecanizado e manual complementar, transporte em caminhões de grande porte, destinação final ambientalmente adequada em unidades licenciadas/receptoras legalmente habilitadas, bem como limpeza final da área.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 979.078,86

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/06/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 30/06/2026, às 08h59min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 30/06/2026, às 09h00min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 30/06/2026, às 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será realizado pelo critério de menor preço unitário do m³.
- A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, conforme previsto no edital e seus anexos.
- A medição dos serviços será realizada com base no volume de resíduos efetivamente removido, expresso em metros cúbicos (m³), observadas as condições e os comprovantes exigidos no Termo de Referência.
- A contratada deverá apresentar comprovantes de recebimento e destinação final dos resíduos, emitidos por unidade receptora devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.
- O edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e junto ao Setor de Licitações.
- Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão observar os prazos e condições previstos no edital.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.033/2026

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 3.070/2023 e demais disposições aplicáveis, sendo conduzido pelo Agente de Contratação designado pela **Portaria nº 6.934, de 02 de janeiro de 2025**, conforme as condições e exigências estabelecidas neste edital e em seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- **Forma de disputa:** Aberta, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 14.133/2021;
- **Modalidade de Contratação:** Licitação tradicional, nos termos do Termo de Referência;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço por item;
- **Participação:** **Ampla**, com aplicação dos tratamentos favorecidos previstos na **Lei Complementar nº 123/2006** (ME/EPP/equiparadas), quando atendidas as condições do edital e da regulamentação aplicável;
- **Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59min do dia 30/05/2026;
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 30/06/2026;
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº 3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a execução de serviços de remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e resíduos mistos dispostos irregularmente em área pública municipal, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil, resíduos de poda, móveis inservíveis, utensílios, tecidos, calçados, materiais recicláveis, vidro e outros resíduos heterogêneos acumulados, estimados em aproximadamente 2.110 m³, incluindo fornecimento de mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, sinalização, encargos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços**, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste edital. A contratação compreenderá ainda a escavação, revolvimento, carregamento mecanizado e manual complementar, transporte em caminhões de grande porte, destinação final ambientalmente adequada em unidades licenciadas/receptoras legalmente habilitadas, bem como limpeza final da área.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor máximo estimado para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 979.078,86** (novecentos e setenta e nove mil, setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), correspondente ao valor total estimado da contratação, apurado com base em pesquisa de mercado e nos quantitativos estimativos constantes da fase preparatória. Para fins de disputa e julgamento, será considerado o **valor unitário do metro cúbico (R\$/m³)**, observado o regime de execução por **empreitada por preço unitário**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

3. CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Net, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. Xv de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h00 e 13h30 às 17h00.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão providos da seguinte dotação orçamentária vigente:

- **Órgão/Unidade:** 07.001
- **Funcional Programática:** 18.541.1801.2034
- **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00.00
- **Fonte de Recurso:** 000.504

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão regidas pelas **condições específicas e gerais do Pregão Eletrônico**, bem como pelo termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

7.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, serão observados os **valores unitários máximos** admitidos para o item licitado, podendo ser desclassificadas as propostas que apresentem valor superior ao limite fixado pela Administração, nos termos do edital e do Termo de Referência.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o **menor preço unitário por metro cúbico (R\$/m³)**, desde que atenda integralmente às exigências do edital e do Termo de Referência.
- Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do valor máximo admitido, que apresentem inexequibilidade ou que não demonstrem viabilidade econômica e operacional para a execução integral do objeto.

2. Forma de Avaliação da Proposta

- O certame será processado em **item único**, não se aplicando regras de julgamento por lote, grupo ou maior desconto.
- Para fins de disputa, classificação, julgamento, medição e futura contratação, será considerado o **valor unitário do metro cúbico (R\$/m³)**.
- O valor total estimado da contratação será utilizado como **referência global de planejamento e limite estimativo da despesa**, não constituindo critério autônomo de julgamento da proposta.

3. Critério de Aceitabilidade

- A aceitabilidade da proposta será aferida com base no **valor unitário ofertado para o item**, em confronto com o valor máximo estimado pela Administração e com os parâmetros de mercado constantes da fase preparatória.

- A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, sinalização, encargos, transporte, destinação final e demais insumos necessários ao fiel cumprimento contratual.
- A Administração poderá exigir demonstração de exequibilidade da proposta, especialmente quando houver indícios de preço excessivamente reduzido, podendo solicitar planilha de composição de custos, memorial operacional, cronograma executivo, indicação da estrutura operacional e demais documentos pertinentes.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento) acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte**.

AMOSTRA E CATÁLOGO:

A apresentação de **catálogo técnico** e/ou **amostra do(s) objeto(s)** licitado(s) **somente será exigida se expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)**, conforme critério da Administração.

Quando exigida, a amostra deverá ser entregue no prazo e local indicados pela Administração, para verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no edital. As amostras poderão ser submetidas a análise técnica e a ensaios específicos, quando aplicável.

O não atendimento à exigência de apresentação de catálogo técnico ou amostra, **caso prevista**, poderá ensejar a desclassificação da proposta, com a consequente convocação do licitante subsequente, conforme os critérios estabelecidos no edital e na legislação vigente

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste na prestação de serviços de **remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e resíduos mistos dispostos irregularmente em área pública municipal**, incluindo o fornecimento de **mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, sinalização, encargos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços**.

Trata-se de objeto de execução integrada, porém comum no mercado, passível de execução por empresa individualmente considerada, desde que detenha capacidade técnica e operacional compatível, não se verificando, em princípio, complexidade técnica extraordinária, vulto excepcional ou dimensão que justifique a reunião de empresas em consórcio para atendimento da demanda.

Nos termos do **art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de consórcio, desde que haja justificativa pertinente no processo administrativo. No presente caso, a não admissão de consórcio mostra-se adequada, considerando que o objeto não exige a conjugação de capacidades econômico-financeiras e técnico-operacionais de múltiplas empresas para sua regular execução.

Além disso, a vedação ao consórcio contribui para a simplificação da gestão contratual, da fiscalização da execução, da comprovação da destinação final dos resíduos e da apuração de responsabilidades, especialmente porque os serviços deverão ser executados de forma coordenada, com controle objetivo da **remoção, segregação parcial, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos**, sob responsabilidade direta da futura contratada.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação empresas reunidas sob a forma de consórcio.

O descumprimento desta vedação resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do licitante, conforme a fase em que for constatada a irregularidade, sem prejuízo da aplicação das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;

- **Anexo VI** – Locais de Execução;
- **Anexo VII** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo IX** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas ComprasNet**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem todos os documentos exigidos para habilitação, nos termos deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração**, conforme especificado no Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- c) **É vedada a participação na licitação** de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1)** tenham sido declaradas inidôneas ou sofrido **sanção impeditiva de contratar com a Administração Pública**, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021;
- c.2)** tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item c.1, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3)** possuam sócios em comum com empresas que se enquadrem no item c.2, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4)** não operem no território nacional, estejam sob **falência, dissolução, liquidação** ou sejam pessoas físicas em situação de insolvência;
- c.5)** mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante, configurando **conflito de interesse**;
- c.6)** sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação indireta, salvo nos casos permitidos por lei;

- c.7) sejam pessoas físicas e jurídicas de que trata o **artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios agentes públicos com influência na licitação ou que configurem hipótese de impedimento legal;
- c.8) sejam autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado à licitação, isoladamente ou em consórcio, nos casos de obras, serviços ou fornecimento de bens, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- c.9) participem **na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) **A participação na licitação implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.
- e) Além dessas condições gerais, deverão ser obedecidas eventuais **exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando as peculiaridades do objeto licitado.
- f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com especial atenção à existência de **sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 14 e no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

- a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:
- a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;
- a.2) sua condição de **Microempresa (ME)**, **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** ou **Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.
- b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.
- b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.
- b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.
- d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;
- a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;
- a.3) **Fabricante**, quando aplicável;
- a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.
- b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.
- c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou**

indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.

d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação** qualquer proposta que ultrapasse esses limites.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.

b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.

d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.

e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.

f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ou **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

h) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances será de _____.

5.1. Modos de Disputa

i) O modo de disputa será definido no edital, podendo ser:

5.1.1. Modo de Disputa Aberto

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com possibilidade de prorrogação automática.

- A etapa de lances terá duração inicial de **10 minutos** e será prorrogada automaticamente caso haja lance ofertado nos últimos **2 minutos** do tempo estabelecido.

- A prorrogação automática será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances dentro desse período, inclusive no caso de lances intermediários.

- Caso não sejam apresentados novos lances conforme as regras acima, a sessão pública será automaticamente encerrada.

- O(a) **pregoeiro(a)**, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da sessão para garantir a melhor proposta.

5.1.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos de um **lance final e fechado**.

- A fase inicial de lances terá duração de **15 minutos**, após o qual o sistema emitirá um aviso de **fechamento iminente** e iniciará um período adicional, aleatoriamente determinado, de até **10 minutos**.

- Após essa etapa, os licitantes que apresentaram a melhor oferta e aqueles cujos preços sejam **até 10% superiores** poderão apresentar **um lance final e fechado em até 5 minutos**, sendo sigiloso até o término desse período.
- Caso não haja pelo menos **três ofertas dentro das condições acima**, os três melhores licitantes subsequentes poderão apresentar um lance final e fechado.
- O sistema ordenará automaticamente os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto)**.

5.1.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto

- Somente os licitantes que apresentarem a **proposta mais baixa** e aqueles com valores **até 10% superiores** poderão participar da etapa aberta.
- Caso não haja **três propostas** dentro do intervalo de 10%, poderão participar os **três melhores licitantes**, considerando propostas empatadas.
- A fase de lances terá duração de **10 minutos**, com **prorrogações automáticas de 2 minutos** sempre que um novo lance for ofertado nos últimos **2 minutos** da sessão.
- O sistema **encerrará a disputa automaticamente** caso não haja novos lances, ordenando os valores conforme a classificação final.
- Caso a diferença entre a **melhor proposta e a segunda colocada seja superior a 5%**, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá determinar o **reinício da disputa** para definição das colocações subsequentes.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá:

- Negociar diretamente com o licitante que apresentou a **melhor oferta**, buscando melhores condições para a Administração.
- Verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência.
- Desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.

l) O(a) pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

m) Para os itens não destinados à participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

n) Considera-se empate, para fins de exercício do direito de preferência, na modalidade pregão, quando a proposta apresentada por ME, EPP ou MEI for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por empresa enquadrada nessas condições.

o) Ocorrendo o empate ficto, a ME, EPP ou MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

p) Não havendo o exercício do direito de preferência por parte da ME, EPP ou MEI, ou persistindo empate entre duas ou mais propostas em igualdade de condições, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III – desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

q) Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná, por se tratar de licitação promovida por Município nele localizado;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.4. Negociação da Proposta Final

r) Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, vedada a alteração das condições estabelecidas neste edital.

s) A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, assegurada a publicidade dos atos e o acompanhamento pelos demais licitantes.

t) Concluída a negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que encaminhe, no prazo de 02 (duas) horas, a proposta ajustada ao valor final ofertado, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares exigidos para verificação da conformidade da proposta.

u) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser prorrogado, por decisão do(a) pregoeiro(a), mediante solicitação devidamente fundamentada apresentada pelo licitante, via sistema, antes do seu encerramento.

v) Finalizada a negociação e apresentada a proposta ajustada, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à **adequação ao objeto**, à **compatibilidade do preço** em relação ao valor máximo estipulado para contratação e ao atendimento das especificações constantes neste Edital e seus anexos, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

b.1) conter **vícios insanáveis**;

b.2) não obedecer às **especificações técnicas** previstas neste Edital e no Termo de Referência;

b.3) apresentar **preço final superior** ao preço máximo fixado pela Administração;

b.4) apresentar **preço manifestamente inexecutable**;

b.5) não tiver sua **exequibilidade demonstrada**, quando exigido pela Administração;

b.6) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que **insanável**.

c) Para fins de análise de **exequibilidade**, poderão ser considerados, entre outros elementos, os custos de mercado, os preços praticados em contratações similares, a composição de custos apresentada pelo licitante, a compatibilidade entre os preços ofertados e os insumos necessários à execução do objeto, bem como outros elementos técnicos aptos a demonstrar a viabilidade da proposta.

c.1) No caso de **obras e serviços de engenharia**, serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, nos termos do **art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c.2) Ainda no caso de **obras e serviços de engenharia**, será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este percentual e o valor da proposta, nos termos do **art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c.3) No caso de **bens e serviços em geral**, a Administração poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta, especialmente quando o preço ofertado apresentar indícios de inexequibilidade, considerando os parâmetros de mercado, a natureza do objeto, a composição de custos, a capacidade operacional do licitante e demais elementos técnicos pertinentes.

c.4) Para **bens e serviços em geral**, inexistindo percentual legal fixo de presunção absoluta de inexequibilidade, a Administração poderá adotar, como **parâmetro referencial de análise**, proposta com valor significativamente inferior ao estimado, inclusive inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor de referência, hipótese em que o licitante poderá ser convocado a demonstrar a viabilidade econômica da proposta, mediante documentação idônea.

d) Serão consideradas **inexequíveis** as propostas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado e com a adequada execução do objeto, exceto quando se referirem a materiais, instalações ou estruturas de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie expressamente à remuneração.

e) A Administração poderá realizar **diligências** para aferir a exequibilidade, legalidade e conformidade das propostas apresentadas, inclusive mediante solicitação de documentos complementares, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada mediante comunicação no sistema eletrônico, com o devido registro da ocorrência em ata.

g) O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de **documentos complementares** digitalizados por meio do sistema eletrônico, no prazo fixado no próprio sistema, sob pena de **não aceitação da proposta**.

g.1) O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via chat do sistema antes de seu vencimento, a critério do(a) Pregoeiro(a).

g.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se **catálogos, fichas técnicas, declarações do fabricante, memoriais descritivos, certificações, laudos, amostras, comprovação de marca e modelo**, ou demais elementos que permitam verificar a conformidade da proposta com as exigências do Edital e do Termo de Referência.

6.1. DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS, CATÁLOGOS OU DOCUMENTOS TÉCNICOS, QUANDO APLICÁVEL

h) A exigência de apresentação de **amostras, catálogos, fichas técnicas, laudos, certificações ou demais documentos técnicos** será aplicada exclusivamente quando prevista no Termo de Referência ou quando necessária à verificação da compatibilidade da proposta com as especificações exigidas.

i) O local, data e horário para entrega de eventual amostra serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados, quando cabível.

j) A não entrega da amostra ou dos documentos técnicos solicitados, o atraso injustificado na entrega, ou a apresentação de produto, serviço ou documentação em desconformidade com as especificações previstas no Edital e no Termo de Referência, poderá resultar na **recusa da proposta**.

k) Se a amostra ou documentação técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

l) A análise técnica será realizada com base nos critérios definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração, com registro da decisão no processo administrativo.

6.2. NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

m) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, observada a ordem de classificação.

n) O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão e informar nova data e horário para sua continuidade por meio do sistema eletrônico.

o) O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que apresentou a proposta mais vantajosa, com o objetivo de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

o.1) Caso o(a) Pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também negociar melhores condições com o licitante classificado em seguida.

o.2) A negociação será conduzida pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3. CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

p) Nos itens que não sejam exclusivos à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, caso a proposta inicialmente mais bem classificada não seja aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar ao próximo classificado, haverá nova verificação pelo sistema para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

q) Encerrada a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme as disposições deste Edital.

r) O licitante provisoriamente vencedor em mais de um item deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação, quando aplicável, observadas as exigências correspondentes aos itens em que tenha sido classificado provisoriamente em primeiro lugar.

r.1) Na hipótese de não comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá avaliar a inabilitação em relação aos itens necessários, observada a ordem de classificação, a vantajosidade para a Administração e as regras previstas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos no edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU;**

iii) **Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.**

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte **ocorrências impeditivas indiretas** ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários**, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado** ou **desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em **sistemas oficiais**, em cadastros públicos ou em bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.

k) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor registrado**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil** pelo **representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** poderá **corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, com **até duas casas decimais após a vírgula**. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema**.

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários** ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados pela Constituição**

Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante no Anexo V deste edital.

c) Nos termos do artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediata e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas **exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O **acolhimento do recurso** implicará na **invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento**, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** encaminhará o **procedimento licitatório** à autoridade competente para **adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos**, conforme **critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será convocado para assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar outro instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura por meio eletrônico, postal ou outro meio admitido, devendo o adjudicatário devolvê-lo devidamente assinado no prazo fixado na convocação.

b) Para a formalização da contratação, o adjudicatário deverá **manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital**, bem como apresentar os documentos complementares eventualmente exigidos pela Administração.

c) Antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, a Administração poderá realizar consulta aos **cadastros, sistemas e bases oficiais pertinentes**, a fim de verificar a regularidade do adjudicatário e a manutenção das condições necessárias à contratação.

d) Os pagamentos serão realizados na forma prevista no edital, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, mediante crédito em conta bancária de titularidade do contratado, indicada para esse fim.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável, sem prejuízo da eventual revogação da licitação, quando cabível.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário, ou a não comprovação das condições exigidas para contratação, poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nos termos do edital e da legislação vigente.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos admitidos pela legislação, a Administração poderá adotar as providências legalmente cabíveis.

f) O **recebimento do objeto**, a **medição** quando cabível, o **atesto da execução** e o **pagamento** observarão os prazos, condições, critérios e procedimentos previstos no edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos demais anexos.

g) Em caso de atraso no pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para a mora, será devida a correspondente **compensação financeira**, na forma estabelecida no contrato e na legislação aplicável.

h) Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, bem como exigir a documentação necessária à regular liquidação da despesa, nos termos do edital, do contrato e da legislação vigente.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual **responsabilização civil e penal**.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do

contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.

f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.

j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.

l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.

b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.

b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.

b.3) As **retenções** serão efetuadas no momento do pagamento dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

14. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.

b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte** sobre **todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.

b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.

b.3) As **retenções** serão efetuadas no momento do pagamento dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.

b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.

c) O(a) **pregoeiro(a)** poderá, se necessário, **promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

d) O **licitante** será responsável por eventuais **perdas de negócios** decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra **desconexão durante o certame**, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização** nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) A contratada deverá garantir livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado, sempre que solicitado, garantindo transparência e fiscalização efetiva.

g) Os documentos que não mencionarem prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.

h) Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a) poderá verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados, garantindo conformidade com as exigências do certame.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta, podendo ainda promover diligências para esclarecer ou complementar informações, inclusive solicitando pareceres técnicos, conforme o artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) A realização desta licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado. A autoridade competente poderá revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade, mediante decisão fundamentada, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) O foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente será o da Comarca de São João, PR, conforme estabelecido na legislação aplicável.

O servidor responsável pela subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal.

Município de São João, em 07 de maio de 2026.

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº: 163/2026

Unidade Requisitante: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Sistema da Contratação:

(x) Pregão Eletrônico – contratação tradicional

() Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização de Ata de Registro de Preços (ARP)

Justificativa técnica: Trata-se da contratação de **serviços comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

1. Definição do Objeto:

1.1. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e resíduos mistos dispostos irregularmente em área pública municipal, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil, resíduos de poda, móveis inservíveis, utensílios, tecidos, calçados, materiais recicláveis, vidro e outros resíduos heterogêneos acumulados, estimados em aproximadamente **2.110 m³**, incluindo fornecimento de mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, sinalização, encargos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

A contratação compreenderá a **escavação, revolvimento, carregamento mecanizado e manual complementar, transporte em caminhões de grande porte, destinação final ambientalmente adequada em unidades licenciadas/receptoras legalmente habilitadas**, bem como limpeza final da área, devendo a execução ocorrer no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados da ordem de serviço.

A contratada deverá disponibilizar equipe operacional, máquinas e frota compatíveis com a produtividade necessária para a remoção integral do volume estimado no prazo contratual, responsabilizando-se integralmente pela rastreabilidade da destinação final dos resíduos, mediante apresentação dos comprovantes de transporte e recebimento emitidos pelo destino autorizado.

Os resíduos existentes na área são caracterizados predominantemente como **resíduos sólidos urbanos descartados irregularmente**, compostos por materiais diversos, tais como:

- terra e sedimentos;
- resíduos provenientes de poda e vegetação;
- resíduos oriundos de pequenas obras e reformas (entulhos e restos de materiais de construção);
- móveis inutilizados;
- roupas e tecidos descartados;
- brinquedos e objetos domésticos diversos;
- pequenas quantidades de resíduos orgânicos;
- vidro e materiais quebrados;

- rejeitos provenientes de estabelecimentos comerciais;
- outros resíduos volumosos e materiais diversos descartados irregularmente.

A contratação tem por finalidade **eliminar o passivo ambiental decorrente da disposição irregular de resíduos sólidos**, garantindo sua **remoção e destinação ambientalmente adequada**, bem como contribuir para a **recuperação da área degradada**, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes da gestão adequada de resíduos sólidos.

1.2 Natureza do Objeto

O objeto da contratação classifica-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, mediante especificações usuais de mercado e critérios objetivos de execução, medição e aceitação.

Os serviços consistem na **remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos dispostos irregularmente**, compreendendo resíduos heterogêneos, tais como resíduos domiciliares, resíduos da construção civil, resíduos de poda, móveis inservíveis, roupas, calçados, vidros e materiais recicláveis, mediante utilização de máquinas, equipamentos e veículos apropriados.

Trata-se de atividade **operacional padronizada, rotineiramente executada pelo mercado especializado**, cujas metodologias executivas, insumos, equipamentos e parâmetros mínimos de desempenho são amplamente conhecidos e passíveis de descrição objetiva no Termo de Referência, inexistindo predominância de atividade intelectual complexa, inovação tecnológica relevante ou solução técnica singular.

Dessa forma, o objeto possui características técnicas usuais e comparáveis no mercado, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa mediante **critérios objetivos de julgamento**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

1.3 Quantitativos e Especificações

Item	Descrição Detalhada do Bem/Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Especificações Técnicas Complementares
01	Prestação de serviços de remoção, segregação parcial, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes de disposição irregular em área urbana (lixão irregular), compreendendo resíduos domiciliares, resíduos de poda, resíduos da construção civil – RCC, resíduos volumosos, móveis inservíveis, roupas, calçados, vidros e demais resíduos mistos, incluindo fornecimento de mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs e demais insumos necessários à execução integral do objeto.	m³ removido	2.110 m³	equipe operacional, maquinário e frota compatíveis com a produtividade necessária para remoção integral do volume estimado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, devendo disponibilizar, no mínimo, 01 escavadeira hidráulica ou equipamento equivalente de capacidade operacional compatível, caminhões de transporte com capacidade volumétrica adequada e equipe suficiente para carregamento mecanizado e apoio manual. A segregação será parcial e limitada à viabilidade operacional

			e às exigências do destino ambiental licenciado. Os resíduos removidos deverão ser transportados e destinados exclusivamente a aterro sanitário, unidade de transbordo, triagem ou tratamento devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, cabendo à contratada apresentar comprovantes de transporte, recebimento e destinação final, além de relatórios operacionais e registros que permitam o acompanhamento e fiscalização da execução contratual pela Administração.
--	--	--	---

1.3 Observações Técnicas

a) Quantitativos estimados

O quantitativo de 2.110 m³ possui caráter meramente estimativo para fins de formulação de proposta, planejamento logístico e estimativa de custos.

b) Responsabilidade pela vistoria e assunção de riscos ordinários

A vistoria será facultativa, recomendável e destinada ao pleno conhecimento das condições locais, podendo a licitante substituí-la por declaração formal de pleno conhecimento do local.

A apresentação da proposta implicará **plena ciência e aceitação das condições de execução**, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento do local, da heterogeneidade dos resíduos, das dificuldades operacionais, do estado do terreno ou das condições de acesso como fundamento para paralisação, reajuste de preços, pleitos indenizatórios ou reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvadas hipóteses legalmente caracterizadas como fato superveniente imprevisível ou extraordinário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

c) Medição e aceite dos serviços

A medição dos serviços será realizada **em metros cúbicos (m³) efetivamente removidos, transportados e destinados**, mediante aferição pela fiscalização contratual, observados os registros operacionais, relatórios de transporte, controles de carga, comprovantes de recebimento emitidos pela unidade receptora licenciada e demais elementos comprobatórios definidos pela Administração.

O pagamento somente ocorrerá **após o ateste da efetiva execução dos serviços pela fiscalização**, condicionado à apresentação da documentação comprobatória da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

d) Resultado esperado e obrigação de execução integral

A contratação possui natureza de **execução por resultado**, devendo a contratada promover a **remoção integral dos resíduos sólidos irregularmente depositados na área indicada pela Administração**, incluindo carregamento, transporte e destinação ambientalmente adequada, observando-se integralmente a legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho aplicável.

A execução será considerada concluída somente após:

- remoção integral dos resíduos existentes na área delimitada pela Administração;
- apresentação dos comprovantes de destinação ambientalmente adequada;
- emissão do termo de recebimento pela fiscalização contratual.

e) Registros operacionais e rastreabilidade

A contratada deverá manter e apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização:

- relatórios diários de execução;
- registros fotográficos georreferenciados (antes, durante e após a execução);
- controle de cargas transportadas;
- comprovantes de recebimento e destinação final emitidos por unidade devidamente licenciada;
- demais documentos necessários à comprovação da regular execução contratual.

A ausência de documentação comprobatória poderá ensejar **glosa de medição, retenção de pagamento ou aplicação das penalidades contratuais cabíveis**.

1.4 Prazo de Vigência, Formalização e Prorrogação

1.4.1 Vigência da Contratação

O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, contados da assinatura do instrumento contratual, período destinado à mobilização operacional, execução dos serviços, fiscalização, medição, recebimento e encerramento administrativo do objeto.

A **execução material dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias uteis**, contados da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

O descumprimento injustificado do prazo de execução sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital e no contrato administrativo, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

1.4.2 Formalização da Contratação

A contratação será formalizada mediante **contrato administrativo**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza, relevância operacional e necessidade de fiscalização específica do objeto.

O instrumento contratual estabelecerá as regras de execução, fiscalização, medição, pagamento, penalidades, responsabilidades ambientais e obrigações relativas à rastreabilidade da destinação final dos resíduos.

1.4.3 Prorrogação

A prorrogação do prazo de execução somente poderá ocorrer **em caráter excepcional e devidamente justificado**, desde que demonstrada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou impeditivo da execução no prazo inicialmente estabelecido, sem culpa da contratada, e desde que mantida a vantajosidade para a Administração.

Não se caracteriza como justificativa para prorrogação:

- insuficiência de equipe, máquinas ou logística da contratada;
- erro de planejamento operacional da contratada;
- dificuldades ordinárias inerentes ao objeto;
- alegações de desconhecimento das condições do local.

A eventual prorrogação dependerá de:

- manifestação técnica da fiscalização do contrato;
- justificativa formal e motivada;
- autorização da autoridade competente;
- manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada.

2. Fundamentação da Contratação:

A presente contratação fundamenta-se no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, elaborado durante a fase preparatória da contratação, no qual foram analisadas a necessidade administrativa, as alternativas disponíveis no mercado, a viabilidade técnica e operacional da solução e a compatibilidade econômica da contratação, em observância às diretrizes de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

O levantamento técnico realizado pela Administração identificou a existência de **depósito irregular de resíduos sólidos em área urbana do Município**, caracterizado pelo acúmulo desordenado de resíduos heterogêneos, incluindo resíduos domiciliares, resíduos de poda, resíduos da construção civil (RCC), móveis inservíveis, volumosos, materiais recicláveis, roupas, calçados, vidros e outros materiais descartados irregularmente.

Tal situação configura **passivo ambiental de relevante impacto**, com potencial risco à saúde pública, à salubridade urbana, à drenagem pluvial, à qualidade ambiental e ao bem-estar coletivo, além de favorecer a proliferação de vetores, degradação paisagística e ocupação irregular da área, impondo ao Poder Público a adoção de medidas corretivas voltadas à remoção e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com o interesse público envolvido.

No âmbito do Estudo Técnico Preliminar foram analisadas alternativas para atendimento da demanda administrativa, incluindo:

I – execução direta pela Administração Municipal, mediante utilização de equipe, maquinário e frota próprios;

II – contratação parcelada de equipamentos, transporte e destinação dos resíduos;

III – contratação integrada dos serviços de remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada.

Após análise técnica, operacional e econômica, concluiu-se que a **contratação de empresa especializada para execução integrada do objeto** constitui a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, considerando:

- a necessidade de mobilização de **máquinas, equipamentos e veículos compatíveis** com o volume estimado de resíduos existente na área;
- a necessidade de logística operacional capaz de assegurar a **remoção integral do passivo ambiental no prazo estabelecido**;
- a obrigatoriedade de **transporte e destinação ambientalmente adequada em unidade devidamente licenciada pelos órgãos competentes**;
- a necessidade de execução coordenada, contínua e por resultado, evitando fragmentação contratual, aumento de custos administrativos e riscos de descontinuidade da execução;
- a inexistência, no âmbito da Administração, de estrutura operacional suficiente para execução direta dos serviços no prazo e condições necessários.

O Estudo Técnico Preliminar demonstrou, ainda, que:

- a necessidade administrativa encontra-se devidamente caracterizada e motivada, sendo indispensável à eliminação do passivo ambiental identificado;
- a solução proposta apresenta **viabilidade técnica, operacional e econômica**, sendo compatível com práticas usuais de mercado para execução de serviços similares;
- os quantitativos estimados, correspondentes a aproximadamente **2.109,72 m³ de resíduos**, foram definidos mediante levantamento técnico preliminar, mostrando-se adequados para fins de planejamento da contratação;
- a contratação possibilitará a **remoção integral, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos**, contribuindo para mitigação dos impactos ambientais e recuperação das condições de salubridade da área afetada;
- não foram identificados impedimentos técnicos, jurídicos, orçamentários ou operacionais capazes de inviabilizar a contratação.

Quanto à natureza do objeto, a contratação classifica-se como **serviço comum**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo amplamente conhecidos os métodos executivos, equipamentos, veículos e parâmetros mínimos de desempenho necessários à execução do objeto.

Dessa forma, considerando a padronização do objeto, a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e a possibilidade de definição objetiva das condições de execução e julgamento, a seleção do fornecedor será realizada mediante **Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Embora o objeto envolva logística operacional relevante e controle ambiental, os métodos executivos, equipamentos, veículos, produtividade, técnicas de remoção e parâmetros mínimos de

desempenho são usuais de mercado e passíveis de definição objetiva, não demandando metodologia singular, inovação tecnológica ou predominância intelectual, razão pela qual o objeto se enquadra como serviço comum, admitindo processamento por pregão eletrônico.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços** não se mostra adequada ao caso concreto, uma vez que a demanda refere-se à **intervenção específica, delimitada e previamente identificada**, com quantitativos estimados definidos no planejamento da contratação, inexistindo característica de repetitividade, incerteza de demanda ou contratações futuras sucessivas que justifiquem sua utilização.

Também não se mostra tecnicamente recomendável o **parcelamento do objeto**, pois a segregação das etapas de remoção, carregamento, transporte e destinação final poderia comprometer a eficiência operacional, dificultar a fiscalização, aumentar custos administrativos, gerar conflitos de responsabilidade e colocar em risco a efetiva solução do problema ambiental identificado.

A presente contratação observa os princípios do **planejamento, eficiência, economicidade, motivação, transparência, competitividade, interesse público, razoabilidade e desenvolvimento sustentável**, devendo manter coerência integral com o Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos da fase preparatória, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. Descrição da Solução:

A solução adotada consiste na **contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos dispostos irregularmente em área do Município**, compreendendo resíduos heterogêneos, tais como resíduos domiciliares, resíduos da construção civil (RCC), resíduos de poda, resíduos volumosos, móveis inservíveis, roupas, calçados, vidros, recicláveis e demais materiais descartados irregularmente.

A contratação abrangerá o fornecimento, pela contratada, de **todos os recursos humanos, materiais, operacionais e logísticos necessários à completa execução do objeto**, incluindo mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, recipientes de acondicionamento, equipamentos de proteção individual – EPIs, equipamentos de proteção coletiva – EPCs e demais insumos indispensáveis à execução integral dos serviços.

A solução contratada possui natureza de **execução por resultado**, tendo como finalidade a **remoção integral do passivo ambiental existente na área indicada pela Administração**, bem como a destinação ambientalmente adequada dos resíduos removidos, observadas as normas ambientais, sanitárias, trabalhistas, de saúde e segurança ocupacional aplicáveis.

A solução proposta objetiva:

I – eliminar o passivo ambiental decorrente da disposição irregular de resíduos sólidos;

II – restabelecer as condições mínimas de salubridade, segurança e organização ambiental da área afetada;

III – prevenir riscos à saúde pública decorrentes da proliferação de vetores, contaminação ambiental, degradação paisagística e descarte irregular de resíduos;

IV – assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos removidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

V – promover a adequada rastreabilidade dos resíduos coletados, transportados e destinados.

A execução do objeto deverá observar integralmente as disposições deste Termo de Referência, do edital, do contrato administrativo, da legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho, bem como normas técnicas aplicáveis ao manejo, transporte e destinação de resíduos sólidos.

3.1 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços compreenderá todas as etapas necessárias à **remoção integral dos resíduos sólidos existentes na área objeto da intervenção**, incluindo, no mínimo:

a) Mobilização operacional

- mobilização de equipe operacional;
- disponibilização de máquinas, equipamentos e veículos compatíveis com a execução do objeto;
- implantação de sinalização e medidas de segurança necessárias à execução dos serviços;
- adoção de medidas preventivas para redução de riscos operacionais e ambientais.

b) Remoção e carregamento dos resíduos

- escavação superficial, revolvimento, triagem operacional limitada e carregamento dos resíduos;
- utilização de equipamentos compatíveis com a natureza e o volume dos materiais depositados;
- segregação parcial dos resíduos **somente quando tecnicamente viável, operacionalmente possível ou exigida pela unidade receptora licenciada**, não constituindo obrigação de separação integral.

A contratada deverá adotar procedimentos que minimizem:

- dispersão de resíduos;
- geração excessiva de poeira;
- emissão de particulados;

- riscos à segurança de trabalhadores e terceiros;
- impactos sobre o entorno da área.

c) Transporte dos resíduos

O transporte deverá ser realizado mediante utilização de veículos apropriados, em conformidade com a legislação de trânsito, ambiental e sanitária aplicável, observando-se:

- vedação ao derramamento de resíduos durante o transporte;
- adequada cobertura ou acondicionamento das cargas, quando necessário;
- manutenção das condições de segurança operacional;
- controle de cargas transportadas.

d) Destinação final ambientalmente adequada

Todos os resíduos removidos deverão ser encaminhados **exclusivamente para aterro sanitário, unidade de transbordo, triagem, reciclagem, tratamento ou disposição final devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes**, conforme tipologia do resíduo e regras ambientais aplicáveis.

Fica vedada:

- disposição irregular;
- descarte em áreas não licenciadas;
- transferência para locais sem autorização ambiental;
- abandono de resíduos durante transporte ou transbordo.

A contratada será **integralmente responsável pela regularidade ambiental da destinação final**, inclusive perante órgãos fiscalizadores.

e) Comprovação da execução

A contratada deverá apresentar, para fins de medição, fiscalização e pagamento:

- comprovantes de recebimento emitidos pela unidade receptora;
- comprovantes de transporte ou manifestos equivalentes, quando aplicáveis;
- relatórios operacionais contendo quantitativos removidos;
- registros fotográficos da execução;
- demais documentos solicitados pela fiscalização.

A ausência de comprovação documental da destinação final implicará **não reconhecimento da execução correspondente para fins de pagamento**, sem prejuízo das penalidades contratuais cabíveis.

3.2 GARANTIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada será responsável pela **execução integral, regular e adequada do objeto**, obrigando-se a garantir a remoção completa dos resíduos existentes na área delimitada pela Administração e sua destinação ambientalmente adequada.

A execução será considerada satisfatória apenas após:

- I – remoção integral dos resíduos da área indicada;
- II – regular destinação final ambientalmente adequada;
- III – apresentação dos comprovantes de destinação;
- IV – emissão de termo de recebimento pela fiscalização contratual.

A contratada deverá corrigir, **às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração**, quaisquer falhas, irregularidades, inadequações operacionais ou inconformidades ambientais identificadas durante a execução contratual.

Constatada irregularidade, a Administração poderá determinar:

- reexecução dos serviços;
- correção da destinação inadequada;
- complementação da remoção;
- suspensão da medição;
- retenção de pagamentos;
- aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

A insuficiência de equipe, equipamentos, frota ou falhas logísticas da contratada **não constituirá justificativa para atraso, paralisação ou descumprimento contratual**.

3.3 SUSTENTABILIDADE, CONTROLE AMBIENTAL E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS

A execução do objeto observará princípios de **desenvolvimento sustentável, prevenção ambiental, eficiência operacional e responsabilidade na gestão de resíduos sólidos**, devendo a contratada adotar medidas destinadas à minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades executadas.

Deverão ser observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- I – destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos removidos;

II – encaminhamento exclusivamente para unidades receptoras licenciadas;

III – adoção de práticas operacionais voltadas à redução de poeira, dispersão de resíduos e riscos ambientais;

IV – utilização de equipamentos em condições adequadas de operação e segurança;

V – observância das normas de saúde e segurança do trabalho;

VI – rastreabilidade integral dos resíduos removidos, transportados e destinados.

A contratada deverá manter arquivo organizado contendo toda documentação relativa à execução e destinação dos resíduos, disponibilizando-a sempre que solicitada pela Administração ou pelos órgãos de controle.

A Administração poderá realizar diligências, inspeções e auditorias para verificação da regularidade ambiental da execução contratual, inclusive junto às unidades receptoras dos resíduos.

4. Requisitos da Contratação:

A execução do objeto deverá observar integralmente os requisitos técnicos, operacionais, ambientais, legais e de segurança necessários à adequada prestação dos serviços de **remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos dispostos irregularmente em área do Município**, nos termos deste Termo de Referência, do edital, do contrato administrativo e da legislação aplicável.

Os requisitos estabelecidos neste item têm por finalidade assegurar a adequada execução contratual, a obtenção do resultado pretendido pela Administração, a mitigação dos riscos operacionais e ambientais e a preservação do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE EXECUÇÃO

A contratada deverá executar os serviços utilizando **todos os recursos humanos, materiais, operacionais e logísticos necessários à completa execução do objeto**, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento, mobilização, manutenção, substituição e operação dos meios necessários.

Constitui obrigação exclusiva da contratada fornecer, sem ônus adicional à Administração:

I – Mão de obra

A contratada deverá disponibilizar **equipe operacional suficiente e tecnicamente apta à execução integral do objeto no prazo contratual**, incluindo operadores de máquinas, motoristas,

trabalhadores operacionais, supervisores e demais profissionais necessários à adequada execução dos serviços.

A quantidade de profissionais deverá ser compatível com:

- o volume estimado dos resíduos;
- o prazo máximo de execução;
- a logística operacional adotada;
- as condições do local de execução.

A insuficiência de equipe **não constituirá justificativa para atraso, paralisação, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação contratual.**

II – Máquinas, equipamentos e veículos

A contratada deverá disponibilizar, manter e operar **máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos adequados, suficientes e compatíveis com a natureza, volume e complexidade operacional do objeto**, incluindo, no mínimo:

- escavadeira hidráulica, pá carregadeira, retroescavadeira ou equipamento equivalente para carregamento mecanizado dos resíduos;
- caminhões basculantes, roll-on/roll-off ou veículos equivalentes apropriados ao transporte dos resíduos sólidos;
- equipamentos auxiliares necessários à segregação parcial operacionalmente viável, movimentação, acondicionamento e remoção dos materiais;
- ferramentas operacionais compatíveis com a atividade executada.

Os equipamentos deverão permanecer em adequadas condições de funcionamento, segurança e manutenção preventiva e corretiva, sendo obrigatória sua substituição imediata em caso de falha que comprometa a execução contratual.

III – Insumos e custos operacionais

Serão de inteira responsabilidade da contratada:

- combustível;
- lubrificantes;
- manutenção preventiva e corretiva;
- peças de reposição;
- ferramentas;
- sinalização operacional;
- transporte de pessoal;
- alimentação;

- hospedagem, quando necessária;
- tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- seguros;
- demais custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto.

Não será admitido qualquer pedido posterior de pagamento adicional por itens considerados necessários à adequada execução contratual.

IV – Equipamentos de proteção

A contratada deverá fornecer integralmente aos seus empregados e manter em uso:

Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, compatíveis com os riscos da atividade, incluindo, quando aplicável:

- luvas de proteção;
- botas de segurança;
- máscaras ou respiradores;
- óculos de proteção;
- capacetes;
- protetores auriculares;
- vestimentas de alta visibilidade;
- uniformes apropriados;
- demais equipamentos exigidos pelas normas de segurança do trabalho.

Também deverá disponibilizar **Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs**, sinalização de segurança e demais medidas preventivas necessárias à execução segura dos serviços.

A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, especialmente quanto à proteção de seus empregados e terceiros.

4.2 REQUISITOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, bem como princípios de sustentabilidade, prevenção ambiental e adequada gestão dos resíduos sólidos.

A contratada deverá:

I – assegurar a **destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos removidos**;

II – encaminhar os resíduos exclusivamente para **aterro sanitário, unidade de triagem, transbordo, reciclagem, tratamento ou disposição final devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes**;

III – adotar procedimentos operacionais destinados à mitigação de impactos ambientais, incluindo:

- redução de poeira;
- controle da dispersão de resíduos;
- prevenção de vazamentos;
- mitigação de riscos de contaminação do solo ou corpos hídricos;

IV – cumprir integralmente normas ambientais, sanitárias e de transporte aplicáveis às atividades de manejo e destinação de resíduos sólidos;

V – responsabilizar-se integralmente por eventuais danos ambientais decorrentes de ação, omissão, negligência ou destinação irregular dos resíduos.

Fica expressamente vedado:

- descarte irregular;
- disposição em local não licenciado;
- abandono de resíduos durante transporte;
- destinação incompatível com a natureza do material removido.

4.3 REQUISITOS LEGAIS E DE HABILITAÇÃO

A licitante deverá comprovar, para fins de habilitação, e manter durante toda a execução contratual, as condições de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e ambiental necessárias ao cumprimento integral do objeto.

I – Regularidade jurídica, fiscal e trabalhista

A licitante deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- regularidade relativa ao FGTS;
- regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- demais documentos legalmente exigíveis.

II – Qualificação econômico-financeira

A licitante deverá apresentar:

a) **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social exigível**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, aptos a demonstrar a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou

balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) comprovação de boa situação financeira da empresa, mediante índices contábeis objetivos definidos no edital, quando exigidos.

III – Qualificação técnica

1 Capacidade técnico-operacional

Para fins de comprovação da aptidão técnico-operacional mínima, a licitante deverá comprovar experiência anterior correspondente a quantitativo mínimo de até **50% (cinquenta por cento)** do volume estimado do objeto licitado, admitido o somatório de atestados.

O quantitativo mínimo exigido justifica-se pela necessidade de demonstrar capacidade operacional compatível com a logística, volume de resíduos, destinação ambiental e prazo máximo de execução.

2 Disponibilidade operacional

A licitante deverá apresentar **declaração de disponibilidade operacional**, comprometendo-se a disponibilizar, quando do início da execução contratual, equipe, veículos, máquinas, equipamentos e aparelhamento técnico suficientes para execução integral do objeto, incluindo, no mínimo:

- caminhões compatíveis com o transporte dos resíduos;
- escavadeira hidráulica ou equipamento equivalente;
- operadores, motoristas e equipe operacional;
- equipamentos auxiliares, ferramentas e EPIs.

A comprovação da efetiva disponibilidade poderá ser exigida pela Administração antes da emissão da Ordem de Serviço.

3 Regularidade ambiental

A licitante deverá apresentar, quando aplicável, documentação apta a demonstrar a viabilidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos, incluindo:

- declaração de disponibilidade de unidade receptora licenciada; ou
- carta de anuência, contrato, licença ou documento equivalente da unidade de destinação final.

A contratada deverá assegurar que os resíduos sejam destinados exclusivamente a unidade devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

4 – Conhecimento das condições locais

A licitante deverá apresentar **declaração de pleno conhecimento das condições locais de execução**, reconhecendo ter ciência das condições operacionais, logística de transporte, características dos resíduos, acessibilidade do local e demais fatores capazes de influenciar a execução contratual, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro ou descumprimento contratual.

4.4 REQUISITOS OPERACIONAIS

A contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para executar integralmente o objeto **no prazo máximo estabelecido pela Administração**, sem interrupções injustificadas.

Para tanto, deverá:

- disponibilizar equipe, veículos, máquinas e equipamentos em quantitativo suficiente;
- executar os serviços nos locais indicados pela Administração;
- cumprir os prazos definidos;
- manter responsável operacional durante a execução;
- adotar medidas de segurança operacional;
- corrigir imediatamente falhas apontadas pela fiscalização.

A execução será orientada pelo **resultado esperado**, consistente na **remoção integral dos resíduos da área indicada e sua correta destinação ambiental**.

4.5 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto será acompanhado e fiscalizado pela Administração e somente será considerado executado após comprovação integral do resultado contratado.

I – Recebimento Provisório

Ocorrerá após conclusão material dos serviços, mediante verificação preliminar da execução.

II – Recebimento Definitivo

Ocorrerá somente após:

- remoção integral dos resíduos da área;
- comprovação documental da destinação final ambientalmente adequada;
- aprovação da fiscalização contratual;
- saneamento de eventuais inconformidades.

Caso sejam constatadas irregularidades, a contratada deverá corrigi-las **às suas expensas**, sem ônus à Administração, sob pena de:

- glosa de medição;
- retenção de pagamento;
- aplicação de multa;
- rescisão contratual;
- demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de Execução do Objeto:

A execução do objeto observará integralmente as condições, exigências técnicas, operacionais, ambientais e legais estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no instrumento contratual e na legislação aplicável, devendo a contratada assegurar a **remoção integral dos resíduos sólidos irregularmente depositados na área indicada pela Administração**, bem como sua **destinação final ambientalmente adequada**, no prazo estabelecido e sem interrupções injustificadas.

O objeto possui natureza de **execução por resultado**, sendo obrigação da contratada entregar a área livre dos resíduos abrangidos pelo escopo contratual, observadas as exigências ambientais, sanitárias, operacionais e de segurança.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de:

- mão de obra;
- operadores;
- motoristas;
- supervisão operacional;
- máquinas;
- equipamentos;
- caminhões;
- ferramentas;
- combustível;
- manutenção preventiva e corretiva;
- peças;
- EPIs;
- EPCs;
- sinalização;
- transporte de pessoal;
- encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- licenças eventualmente exigíveis;
- destinação final dos resíduos;
- demais meios necessários à perfeita execução do objeto,

Não caberão custos adicionais decorrentes de falhas ordinárias de planejamento, insuficiência operacional ou inadequado dimensionamento da contratada.

A contratada assume integral responsabilidade pelas condições operacionais necessárias ao cumprimento do prazo contratual, não sendo admissível alegação posterior de desconhecimento do local, da composição dos resíduos, do volume estimado, da logística de transporte, das condições do terreno ou da distância da unidade receptora como justificativa para atraso, paralisação, reequilíbrio econômico-financeiro ou descumprimento contratual, ressalvadas exclusivamente hipóteses legalmente caracterizadas como caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução terá início **imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço**, expedida pela Administração.

A Ordem de Serviço conterá, no mínimo:

I – identificação da área objeto da intervenção;

II – quantitativo estimado de resíduos;

III – prazo máximo de execução;

IV – identificação do fiscal do contrato;

V – orientações operacionais complementares.

A contratada deverá iniciar a mobilização operacional em até **48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço**, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.

A vistoria será facultativa, recomendável e destinada ao pleno conhecimento das condições locais, podendo a licitante substituí-la por declaração formal de pleno conhecimento do local.

A vistoria não autoriza revisão de preços, alteração do escopo ou pedido de reequilíbrio decorrente de:

- heterogeneidade dos resíduos;
- dificuldades de carregamento;
- composição do material;
- distância do local de destinação;
- condições de acesso;
- produtividade operacional;
- necessidade de equipamentos adicionais.

A apresentação da proposta implicará **plena aceitação das condições de execução do objeto**.

5.2 PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência contratual será de **90 (noventa) dias**, contados da assinatura do contrato, exclusivamente para fins de mobilização, execução, fiscalização, medição, recebimento e encerramento administrativo.

A **execução material dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias uteis**, contados da emissão da Ordem de Serviço.

A contratada deverá manter capacidade operacional compatível com a remoção integral do volume estimado de **2.110 m³**, observando produtividade suficiente para cumprimento integral do prazo.

O prazo fixado considera-se **tecnicamente viável e compatível com o objeto**, cabendo à contratada dimensionar adequadamente:

- número de trabalhadores;
- operadores;
- máquinas;
- caminhões;
- turnos operacionais;
- logística de transporte;
- demais recursos necessários.

A insuficiência operacional da contratada **não constitui fundamento para prorrogação**.

A prorrogação do prazo somente poderá ocorrer em situações excepcionais, mediante:

I – justificativa técnica formal;

II – manifestação do fiscal do contrato;

III – demonstração inequívoca da ausência de culpa da contratada;

IV – autorização da autoridade competente.

Não serão aceitas justificativas relacionadas a:

- erro de planejamento;
- baixa produtividade;
- falta de equipamentos;
- insuficiência de caminhões;
- indisponibilidade de operadores;
- problemas internos da contratada.

5.3 ROTINA E PADRÃO MÍNIMO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá observar, no mínimo, as seguintes etapas:

I – Mobilização operacional

A contratada deverá disponibilizar, antes do início da execução:

- equipe operacional suficiente;
- máquinas compatíveis;
- caminhões apropriados;
- equipamentos auxiliares;
- EPIs e EPCs;
- sinalização operacional.

A Administração poderá impedir o início dos serviços quando identificar insuficiência operacional evidente.

II – Remoção e carregamento dos resíduos

A remoção deverá ocorrer mediante carregamento mecanizado, admitindo-se apoio manual complementar quando necessário.

A contratada deverá garantir a retirada integral dos resíduos abrangidos pelo escopo contratual, incluindo:

- resíduos domiciliares;
- RCC;
- poda;
- volumosos;
- móveis inservíveis;
- roupas;
- vidros;
- recicláveis misturados;
- demais resíduos heterogêneos presentes na área.

A segregação será **parcial e limitada à viabilidade operacional ou exigência ambiental do destino licenciado**, não sendo obrigatória separação integral.

III – Transporte dos resíduos

O transporte deverá ser realizado em veículos adequados, seguros e compatíveis com o objeto, observando:

- vedação ao derramamento;
- controle de cargas;
- segurança viária;
- acondicionamento adequado;
- conformidade ambiental.

IV – Destinação final ambientalmente adequada

Todos os resíduos removidos deverão ser destinados **exclusivamente a unidades receptoras licenciadas**, sendo vedado:

- descarte clandestino;
- bota-fora irregular;
- transbordo não autorizado;
- disposição inadequada.

A contratada responderá integralmente por danos ambientais, autuações e passivos decorrentes de destinação irregular.

5.4 CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada por fiscal designado pela Administração, competindo-lhe:

- acompanhar a produtividade diária;
- verificar a suficiência operacional;
- exigir reforço de equipe ou equipamentos;
- registrar ocorrências;
- determinar correções;
- glosar medições irregulares;
- rejeitar serviços inadequados.

A Administração poderá exigir **reforço imediato da operação** quando constatado risco de descumprimento do prazo, desde que compatível com a proposta apresentada e sem alteração indevida do equilíbrio contratual.

A fiscalização poderá determinar a substituição de:

- veículos;
- equipamentos;
- operadores;
- trabalhadores;
- postos,

sempre que verificada inadequação operacional ou comprometimento da execução.

5.5 RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

I – Recebimento provisório

Ocorrerá após comunicação formal da contratada acerca da conclusão dos serviços, condicionada à inspeção preliminar da fiscalização.

II – Recebimento definitivo

Somente ocorrerá após verificação cumulativa de:

- remoção integral dos resíduos;
- limpeza satisfatória da área;
- inexistência de passivo residual relevante;
- apresentação de comprovantes de destinação;
- aprovação da fiscalização.

A Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os serviços executados em desacordo com as exigências contratuais.

Irregularidades deverão ser corrigidas pela contratada **em até 48 horas**, sem ônus adicional.

5.6 OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS DA CONTRATADA

São obrigações mínimas da contratada:

I – executar integralmente o objeto no prazo contratado;

II – fornecer todos os recursos humanos, materiais e operacionais;

III – manter preposto permanente no local;

IV – garantir segurança operacional e ambiental;

V – cumprir integralmente normas ambientais, sanitárias, trabalhistas e de segurança do trabalho;

VI – corrigir imediatamente falhas apontadas pela fiscalização;

VII – responder integralmente por danos ambientais, trabalhistas, civis ou operacionais decorrentes da execução.

O inadimplemento poderá ensejar:

- multa;
- glosa de pagamento;
- execução de garantia;
- rescisão contratual;
- impedimento de licitar;
- demais penalidades da Lei nº 14.133/2021.

Essa versão está **bem mais blindada contra empresa ruim, pedido de aditivo, atraso e execução mal feita**, mas ainda **viável para o mercado disputar** sem parecer edital restritivo.

6. Modelo de Gestão do Contrato:

A gestão e fiscalização da contratação serão exercidas por servidores formalmente designados pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de assegurar o cumprimento integral do objeto, a observância dos prazos contratuais, a adequada destinação dos resíduos sólidos removidos e a proteção do interesse público.

A Administração deverá designar, antes do início da execução contratual:

I – **Gestor do Contrato**, responsável pelo acompanhamento administrativo, controle contratual e providências de gestão;

II – **Fiscal Técnico do Contrato**, responsável pelo acompanhamento da execução material dos serviços, verificação dos quantitativos removidos, conformidade operacional e aceite técnico;

III – quando necessário, **Fiscal Administrativo**, para acompanhamento documental, medição, liquidação da despesa e verificação das obrigações legais da contratada.

A atuação da gestão e da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, permanecendo esta responsável pela qualidade, segurança, regularidade operacional, destinação ambientalmente adequada e integral cumprimento das obrigações assumidas.

6.1 GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

A gestão do contrato compreenderá o acompanhamento administrativo da execução, monitoramento dos prazos, análise documental, comunicação institucional com a contratada, controle das medições e adoção das providências necessárias à adequada execução do objeto.

Compete ao Gestor do Contrato:

I – acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais e dos prazos estabelecidos;

II – monitorar o cumprimento da Ordem de Serviço e do cronograma operacional;

III – controlar os prazos de execução, notificações e medidas corretivas;

IV – atuar como interlocutor institucional entre Administração e contratada;

V – analisar ocorrências relevantes registradas pela fiscalização;

VI – determinar providências para correção de falhas verificadas na execução;

VII – solicitar reforço operacional quando constatado risco de descumprimento do prazo contratual;

VIII – promover os atos administrativos necessários à eventual aplicação de sanções;

IX – encaminhar à autoridade competente situações que possam ensejar:

- multa;
- glosa de pagamento;
- rejeição de serviços;
- rescisão contratual;
- demais penalidades cabíveis.

Setor responsável: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

6.2 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DA EXECUÇÃO

A fiscalização técnica será exercida por servidor formalmente designado, responsável pelo acompanhamento diário ou periódico da execução material do objeto, devendo verificar a conformidade dos serviços executados com este Termo de Referência, edital, contrato e legislação aplicável.

Compete ao Fiscal Técnico:

I – acompanhar presencialmente ou mediante registros comprobatórios a execução dos serviços;

II – verificar se a contratada disponibilizou equipe, maquinário, veículos, EPIs, EPCs e demais recursos necessários ao cumprimento do prazo contratual;

III – fiscalizar a produtividade operacional da contratada, especialmente quanto à capacidade de conclusão do objeto no prazo máximo estabelecido;

IV – conferir os quantitativos efetivamente removidos, transportados e destinados;

V – verificar a remoção integral dos resíduos existentes na área;

VI – exigir a apresentação dos comprovantes de transporte e destinação final dos resíduos;

VII – fiscalizar a regularidade ambiental da destinação realizada;

VIII – registrar ocorrências, atrasos, falhas operacionais ou desconformidades verificadas;

IX – determinar correções imediatas sempre que constatadas falhas na execução;

X – recomendar glosa de medição ou rejeição parcial dos serviços quando houver execução inadequada;

XI – emitir manifestação técnica quanto ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

A fiscalização poderá determinar a substituição imediata de:

- equipamentos inadequados;
- veículos insuficientes;
- operadores sem qualificação;
- trabalhadores sem EPIs;
- prepostos ou responsáveis operacionais;

sempre que constatado comprometimento da segurança, qualidade ou prazo da execução.

Setor responsável: Departamento de Obras e Infraestrutura.

6.3 ROTINA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização contratual ocorrerá de forma **contínua, sistemática e orientada ao resultado**, abrangendo no mínimo:

I – Controle de mobilização operacional

Verificação da suficiência de:

- mão de obra;
- operadores;
- caminhões;
- escavadeiras;
- máquinas auxiliares;
- equipamentos;
- EPIs e EPCs.

A insuficiência operacional poderá ensejar **notificação imediata para reforço da execução**.

II – Controle de produtividade e prazo

A fiscalização deverá monitorar a evolução diária da execução, verificando a compatibilidade da produtividade apresentada com o cumprimento do prazo máximo contratual.

Constatada produtividade insuficiente, a Administração poderá exigir:

- ampliação da equipe;
- aumento da frota;
- reforço de equipamentos;
- ampliação de turnos de trabalho.

Sem qualquer ônus adicional para a Administração.

III – Controle ambiental

Será obrigatoriamente verificado:

- local de destinação dos resíduos;
- regularidade ambiental da unidade receptora;
- comprovantes de recebimento;
- documentação de transporte;
- rastreabilidade dos resíduos removidos.

A ausência de comprovação documental implicará **não reconhecimento da execução correspondente para fins de medição e pagamento.**

IV – Controle da qualidade dos serviços

A fiscalização verificará:

- retirada integral dos resíduos;
- inexistência de passivo residual relevante;
- limpeza satisfatória da área;
- inexistência de descarte inadequado;
- conformidade ambiental da execução.

6.4 REGISTRO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Todas as atividades de gestão e fiscalização deverão ser formalmente registradas no processo administrativo da contratação, mediante:

- relatórios técnicos;

- registros fotográficos georreferenciados;
- atas de vistoria;
- notificações;
- medições;
- ordens de serviço;
- relatórios operacionais da contratada;
- registros de destinação dos resíduos.

Os registros constituirão base para:

I – medição dos serviços;

II – liquidação e pagamento da despesa;

III – recebimento provisório e definitivo;

IV – aplicação de glosas;

V – aplicação de penalidades administrativas;

VI – responsabilização contratual.

A ausência de comprovação documental da execução poderá resultar em **suspensão da medição e retenção do pagamento correspondente**.

6.5 COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES E MEDIDAS CORRETIVAS

Constatada irregularidade, insuficiência operacional, atraso, execução inadequada, descumprimento ambiental ou qualquer desconformidade contratual, a contratada será formalmente notificada para promover a regularização no prazo fixado pela Administração, observado o grau de gravidade da ocorrência.

Nos casos urgentes ou que comprometam o cumprimento do prazo contratual, a fiscalização poderá determinar **correção imediata**.

Poderão ensejar notificação imediata:

- produtividade insuficiente;
- falta de caminhões ou máquinas;
- ausência de operadores;
- deficiência de mão de obra;
- trabalhadores sem EPIs;
- descarte inadequado;

- falhas na destinação dos resíduos;
- atraso injustificado.

Persistindo a irregularidade, poderão ser aplicadas, cumulativa ou isoladamente:

- glosa de medição;
- retenção de pagamento;
- multa contratual;
- execução de garantia;
- suspensão da execução;
- rescisão contratual;
- impedimento de licitar e contratar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.6 DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

A designação do gestor e dos fiscais do contrato será formalizada previamente ao início da execução contratual, mediante ato da autoridade competente, com identificação nominal dos servidores designados e definição de suas atribuições.

Na impossibilidade temporária de atuação do fiscal designado, deverá ser indicado substituto formal, de modo a evitar descontinuidade no acompanhamento da execução.

A ausência de acompanhamento contratual não exime a contratada de suas responsabilidades, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento do objeto contratado.

7. Critérios de Medição, Pagamento e Responsabilidade:

A medição e o pagamento dos serviços observarão rigorosamente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público, controle da despesa e proteção do erário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ficando o pagamento condicionado à efetiva, integral e regular execução do objeto contratado, devidamente atestada pela fiscalização da Administração.

A contratada assumirá integral responsabilidade pela perfeita execução do objeto, respondendo por todos os riscos ordinários inerentes à atividade, sem qualquer ônus adicional à Administração.

7.1 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

O regime de execução da contratação será por **empreitada por preço unitário**, considerando o caráter estimativo do quantitativo de resíduos existente na área, sendo o critério de remuneração vinculado ao **valor unitário do metro cúbico (R\$/m³)** efetivamente removido, transportado e destinado ambientalmente de forma regular.

A medição dos serviços será realizada com base na **execução efetiva, regular, comprovada e aceita pela fiscalização da Administração**, considerando os quantitativos de resíduos efetivamente

removidos da área, transportados e destinados em unidade ambientalmente regular, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo.

A aferição dos quantitativos executados será realizada em **metros cúbicos (m³)**, mediante verificação cumulativa da execução física do objeto, da regularidade operacional, da conformidade ambiental da destinação e da apresentação da documentação comprobatória exigida pela Administração.

Somente serão reconhecidos para fins de medição e pagamento os quantitativos **efetivamente executados, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização contratual**, vedado o pagamento de serviços não executados, parcialmente executados ou sem comprovação da destinação final ambientalmente adequada.

A aferição dos quantitativos ficará condicionada à verificação cumulativa de:

I – Execução física do objeto

- remoção efetiva dos resíduos da área indicada;
- carregamento integral dos materiais abrangidos pelo objeto;
- transporte regular dos resíduos;
- inexistência de passivo residual relevante;
- atendimento ao padrão de limpeza exigido pela Administração.

II – Regularidade operacional

Verificação de que a contratada executou os serviços com:

- equipe suficiente;
- maquinário adequado;
- frota compatível;
- operadores habilitados;
- EPIs e EPCs;
- condições adequadas de segurança.

III – Regularidade ambiental

Verificação da:

- efetiva destinação final dos resíduos;
- regularidade da unidade receptora;
- conformidade ambiental do transporte;
- inexistência de descarte irregular.

IV – Comprovação documental obrigatória

Para fins de medição, a contratada deverá apresentar:

- relatório operacional da execução;

- boletim de medição;
- comprovantes de transporte;
- comprovantes de recebimento emitidos pela unidade receptora licenciada;
- documentos de controle da destinação final;
- registros fotográficos da execução (antes, durante e após);
- demais documentos exigidos pela fiscalização.

A ausência, inconsistência ou falsidade de documentos implicará:

- glosa da medição;
- suspensão do pagamento;
- rejeição dos serviços;
- aplicação das penalidades cabíveis.

A Administração poderá:

- rejeitar quantitativos não comprovados;
- glosar serviços executados inadequadamente;
- determinar reexecução;
- exigir complementação dos serviços sem custo adicional.

A medição será formalizada mediante **Relatório de Medição e Fiscalização**, emitido pelo fiscal do contrato.

7.2 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

I – Recebimento provisório

Ocorrerá após comunicação formal da contratada quanto à conclusão da execução, condicionada à inspeção preliminar da fiscalização.

O recebimento provisório **não implica aceitação definitiva do objeto nem exoneração das responsabilidades da contratada.**

II – Recebimento definitivo

Somente ocorrerá após verificação cumulativa de:

- remoção integral dos resíduos da área;
- inexistência de passivo residual relevante;
- conformidade operacional da execução;
- comprovação documental da destinação final ambientalmente adequada;
- saneamento de pendências eventualmente identificadas;
- emissão de parecer favorável da fiscalização.

A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências contratuais.

A rejeição dos serviços implicará obrigação da contratada de promover, **às suas expensas e sem qualquer custo adicional para a Administração**, a correção integral das irregularidades apontadas.

7.3 PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **somente após o recebimento definitivo do objeto e regular liquidação da despesa**, vedado pagamento antecipado, salvo hipóteses legalmente admitidas e justificadas.

O pagamento ficará condicionado à apresentação cumulativa dos seguintes documentos:

I – Documentação fiscal

- Nota Fiscal correspondente;
- certidões de regularidade eventualmente exigidas.

II – Documentação técnica

- relatório de medição aprovado;
- boletim de execução;
- relatório operacional.

III – Documentação ambiental

- comprovantes de recebimento da unidade licenciada;
- documentos de transporte;
- documentos de rastreabilidade dos resíduos.

O pagamento ocorrerá no prazo legal, contado da regular liquidação da despesa.

O simples protocolo da Nota Fiscal **não gera direito automático ao pagamento**, permanecendo condicionado à aprovação integral da medição e da fiscalização.

A Administração poderá:

- realizar glosas;
- suspender pagamento;
- reter valores;
- compensar prejuízos causados ao erário, quando cabível.

Não será devido pagamento relativo a:

- serviços não executados;
- quantitativos não comprovados;
- execução parcial;
- serviços rejeitados;
- resíduos sem destinação comprovada;
- execução inadequada.

7.4 RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA CONTRATADA

A contratada responderá **integral, exclusiva e diretamente**, sem qualquer ônus presente ou futuro para a Administração, pela perfeita execução do objeto, assumindo todos os riscos ordinários inerentes à atividade.

Constituem responsabilidade exclusiva da contratada:

I – Responsabilidade operacional

- disponibilização de mão de obra suficiente;
- operadores, motoristas e supervisores;
- caminhões, escavadeiras, máquinas e equipamentos;
- combustível;
- manutenção preventiva e corretiva;
- substituição de equipamentos quebrados;
- ferramentas;
- logística operacional;
- transporte de pessoal;
- alimentação;
- EPIs e EPCs;
- sinalização;
- continuidade operacional dos serviços.

Constituem riscos ordinários da atividade empresarial os custos operacionais, logística, produtividade, manutenção, mobilização e demais fatores inerentes à execução do objeto, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro.

Permanecem resguardadas as hipóteses legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos extraordinários, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

II – Responsabilidade ambiental

A contratada responderá integralmente por:

- descarte irregular;
- transporte inadequado;
- derramamento de resíduos;
- contaminação ambiental;
- danos ao solo;
- danos à drenagem;
- danos a cursos d'água;
- poluição ambiental;
- autuações ambientais;
- multas;
- recuperação ambiental;

- danos decorrentes da destinação inadequada.

A contratada deverá reparar integralmente os danos causados, às suas expensas, sem qualquer custo ao Município.

Caso a unidade receptora recuse resíduos, a contratada deverá providenciar nova destinação regular **sem qualquer ônus à Administração**.

III – Responsabilidade trabalhista, previdenciária e securitária

A contratada será única responsável:

- pelos salários;
- encargos trabalhistas;
- encargos previdenciários;
- FGTS;
- tributos;
- seguros;
- acidentes de trabalho;
- indenizações.

A Prefeitura **não manterá vínculo empregatício com quaisquer empregados da contratada**, inexistindo subordinação direta.

IV – Responsabilidade civil

A contratada responderá integralmente por:

- danos ao patrimônio público;
- danos a terceiros;
- danos a imóveis vizinhos;
- acidentes operacionais;
- acidentes de trânsito;
- danos causados por equipamentos;
- danos decorrentes de negligência operacional.

7.5 CORREÇÃO DE FALHAS E IRREGULARIDADES

Constatada qualquer irregularidade, inadequação, execução parcial, falha operacional, passivo residual, descarte irregular, dano ambiental ou inconformidade contratual, a Administração notificará formalmente a contratada para correção imediata ou no prazo fixado pela fiscalização.

A contratada deverá sanar, **às suas expensas e sem qualquer ônus ou gasto adicional para a Prefeitura**, quaisquer problemas decorrentes de:

- execução inadequada;
- atraso;
- falhas de remoção;

- resíduos remanescentes;
- limpeza insuficiente;
- destinação irregular;
- danos ambientais;
- falhas operacionais;
- acidentes;
- inadequação documental;
- problemas de segurança.

A omissão ou recusa injustificada poderá ensejar:

- glosa de medição;
- retenção de pagamento;
- multa contratual;
- execução da garantia;
- rescisão contratual;
- responsabilização civil, administrativa e judicial;
- impedimento de licitar e contratar, nos termos da Lei nº 14.133/2021

8. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor:

8.1 MODALIDADE, FORMA E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante **Pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de **serviço comum**, cujos padrões de desempenho, qualidade, metodologia executiva e resultados podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se pela:

I – natureza padronizada do objeto;

II – ampla disponibilidade de fornecedores aptos no mercado;

III – possibilidade de definição objetiva dos critérios técnicos, operacionais, ambientais e de desempenho;

IV – necessidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público.

A contratação será realizada em **item único**, considerando a indivisibilidade operacional do objeto, uma vez que a segregação das atividades de remoção, carregamento, transporte e destinação final poderia:

- comprometer a eficiência da execução;
- gerar conflitos de responsabilidade;
- dificultar a fiscalização;
- aumentar custos administrativos;

- elevar o risco de passivo ambiental.

Não será adotado Sistema de Registro de Preços, considerando tratar-se de demanda específica, delimitada e previamente identificada, com quantitativo estimado definido no planejamento da contratação.

8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas ocorrerá pelo critério de **menor preço**, considerando o **valor unitário do metro cúbico (R\$/m³)**, em razão do caráter estimativo do quantitativo de resíduos existente na área e da necessidade de remuneração vinculada à execução efetivamente realizada.

A adoção do critério de julgamento pelo **menor preço unitário do metro cúbico (R\$/m³)** justifica-se pela natureza do objeto e pelo regime de execução por **empreitada por preço unitário**, permitindo a adequada remuneração dos quantitativos efetivamente removidos, transportados e destinados ambientalmente de forma regular, sem prejuízo da economicidade, da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Embora se trate de **item único e execução integrada**, abrangendo remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos existentes na área indicada pela Administração, a adoção do preço unitário visa:

- assegurar compatibilidade entre a remuneração e os quantitativos efetivamente executados;
- evitar pagamento por quantitativos meramente estimados;
- reduzir riscos de desequilíbrio contratual decorrentes da variação do volume efetivamente removido;
- garantir responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto;
- assegurar maior controle da fiscalização sobre a medição e pagamento dos serviços.

A proposta deverá contemplar a **execução integral do objeto**, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento contratual, tais como mão de obra, máquinas, equipamentos, transporte, combustível, manutenção, destinação final, encargos, tributos, seguros, EPIs, EPCs e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

A Administração poderá desclassificar propostas:

- manifestamente inexecutáveis;
- incompatíveis com os custos mínimos do mercado;
- incapazes de demonstrar viabilidade operacional para execução do objeto no prazo contratado;
- incompatíveis com as exigências técnicas, ambientais e operacionais do Termo de Referência.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida demonstração de **exequibilidade da proposta**, especialmente quando houver indícios de preço excessivamente reduzido.

A Administração poderá solicitar, para comprovação de exequibilidade:

- planilha de composição de custos;
- memorial de execução operacional;
- dimensionamento de equipe;
- quantitativo de caminhões e máquinas;
- logística de transporte;
- indicação da unidade receptora dos resíduos;
- cronograma executivo compatível com o prazo contratual.

8.3 MODO DE DISPUTA

O procedimento licitatório adotará o **modo de disputa aberto**, mediante apresentação de lances públicos e sucessivos em plataforma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

A Administração poderá adotar diligências para verificação da consistência das propostas e da efetiva capacidade operacional da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E SELEÇÃO DA PROPOSTA

Será considerada vencedora a proposta que, cumulativamente:

I – apresentar o menor preço global;

II – demonstrar exequibilidade econômica e operacional;

III – atender integralmente às exigências técnicas, operacionais, ambientais e legais estabelecidas neste Termo de Referência e no edital;

IV – comprovar capacidade operacional compatível com:

- volume estimado dos resíduos;
- prazo máximo de execução;
- logística necessária;
- destinação final ambientalmente adequada.

V – comprovar regularidade documental e habilitação exigidas.

A Administração poderá rejeitar propostas que:

- apresentem preços inexequíveis;
- sejam incompatíveis com o prazo de execução;
- indiquem estrutura operacional insuficiente;
- não demonstrem capacidade de execução integral do objeto;
- não contemplem todos os custos necessários.

A licitante deverá demonstrar capacidade de mobilização operacional suficiente para conclusão dos serviços no prazo máximo estabelecido, não sendo admitidas justificativas posteriores relacionadas à insuficiência de equipe, veículos ou maquinário.

8.5 EXIGÊNCIAS RELATIVAS À PROPOSTA

A proposta comercial deverá conter, no mínimo:

I – identificação completa da licitante;

II – descrição clara e objetiva do objeto ofertado;

III – valor global da proposta;

IV – prazo de validade da proposta;

V – declaração expressa de plena ciência das condições de execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará declaração tácita de que a licitante:

- conhece integralmente as condições do local;
- possui ciência da heterogeneidade dos resíduos;
- conhece os riscos ordinários da execução;
- possui estrutura operacional suficiente;
- assumiu integralmente os custos da execução.

A proposta deverá considerar, obrigatoriamente, todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo:

Recursos humanos

- operadores;
- motoristas;
- trabalhadores operacionais;
- supervisores;
- responsável técnico, quando aplicável.

Máquinas e equipamentos

- escavadeiras;
- retroescavadeiras;
- pás carregadeiras;
- caminhões;
- equipamentos auxiliares;
- ferramentas operacionais.

Custos operacionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOÃO**

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- combustível;
- manutenção preventiva e corretiva;
- reposição de peças;
- transporte;
- alimentação;
- hospedagem;
- sinalização;
- seguros;
- despesas administrativas.

Segurança do trabalho

- EPIs;
- EPCs;
- treinamentos;
- medidas de segurança operacional.

Custos legais e tributários

- encargos trabalhistas;
- previdenciários;
- fiscais;
- tributários;
- ambientais;
- licenças eventualmente exigíveis.

Destinação final

- transporte;
- taxas;
- recebimento em unidade licenciada;
- transbordo;
- triagem;
- destinação ambientalmente adequada.

Não será admitida qualquer cobrança adicional ou pedido de recomposição financeira decorrente de custos ordinários necessários à execução do objeto, inclusive:

- aumento de combustível;
- necessidade de mais caminhões;
- necessidade de reforço de equipe;
- maior heterogeneidade dos resíduos;
- baixa produtividade;
- falhas operacionais;
- distância até unidade receptora;
- dificuldades logísticas ordinárias.

Tais riscos integram a álea ordinária do contrato e serão integralmente assumidos pela contratada.

8.6 HABILITAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

A habilitação técnica observará integralmente os requisitos previstos no item 4.3, III deste Termo de Referência.

A Administração poderá realizar diligências para validação da capacidade operacional apresentada.

8.7 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Homologado o certame, a contratação será formalizada mediante **contrato administrativo**, observadas as disposições do edital, Termo de Referência e legislação aplicável.

A assinatura do contrato implicará aceitação integral das condições de execução do objeto pela contratada, incluindo:

- prazo máximo de execução;
- quantitativos estimados;
- características dos resíduos;
- logística operacional;
- responsabilidade ambiental;
- obrigação de resultado;
- responsabilidade integral pelos custos da execução.

O inadimplemento contratual sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de responsabilização civil, ambiental, administrativa e judicial.

9. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em observância ao princípio do planejamento, da economicidade e da vantajosidade da contratação pública, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, mediante realização de **pesquisa de preços compatível com a natureza, complexidade operacional e especificidades do objeto**, destinada a subsidiar o planejamento da contratação e a definição do valor estimado do certame.

Considerando a singularidade operacional do objeto — consistente na **remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos heterogêneos provenientes de lixão irregular**, incluindo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil (RCC), poda, resíduos volumosos, móveis inservíveis, roupas, calçados, vidros e recicláveis misturados — verificou-se **a inexistência de licitações ou contratos administrativos com objeto idêntico ao pretendido**, especialmente em razão:

- da heterogeneidade dos resíduos existentes na área;
- da volumetria específica estimada;
- das condições particulares de acesso e operação;
- da necessidade de execução concentrada em prazo reduzido;

- da logística integrada de remoção, transporte e destinação ambientalmente adequada.

Diante dessa limitação, a Administração adotou metodologia de pesquisa baseada em **contratações similares e referências compatíveis com as características técnicas e operacionais do objeto**, observando-se critérios de razoabilidade, proporcionalidade e compatibilidade mercadológica.

A pesquisa de preços considerou, de forma combinada, referências obtidas em fontes idôneas, tais como:

I – Contratações similares realizadas pela Administração Pública

Foram analisadas contratações públicas com objetos correlatos ou similares, envolvendo:

- remoção de resíduos sólidos;
- limpeza corretiva de áreas degradadas;
- transporte de resíduos;
- manejo de resíduos sólidos urbanos;
- limpeza urbana pesada;
- serviços ambientais correlatos.

Tais referências foram utilizadas de forma comparativa e ajustadas às particularidades do objeto desta contratação.

II – Sistemas oficiais e bases públicas de consulta

Foram consultadas bases públicas e sistemas oficiais de referência de preços, quando aplicáveis e compatíveis com a natureza do objeto, para fins de validação dos parâmetros utilizados na estimativa.

III – Consultas ao mercado e composição de custos

Foram considerados **valores atuais praticados no mercado**, obtidos mediante consultas a fornecedores do ramo de atividade e análise dos componentes necessários à execução integral do objeto.

Em razão da especificidade da contratação, o cálculo do valor global foi realizado mediante **composição analítica dos custos operacionais dos itens e insumos necessários à execução dos serviços**, tomando-se por referência os **preços unitários constantes da planilha orçamentária anexa**, elaborada com base em valores atuais de mercado.

A composição do valor estimado considerou, dentre outros elementos:

Recursos humanos

- operadores de máquinas;
- motoristas;
- trabalhadores operacionais;
- supervisão operacional;
- encargos trabalhistas e previdenciários.

Máquinas, equipamentos e veículos

- escavadeiras;
- retroescavadeiras;
- pás carregadeiras;
- caminhões apropriados ao transporte dos resíduos;
- equipamentos auxiliares de movimentação.

Custos operacionais

- combustível;
- manutenção preventiva e corretiva;
- peças de reposição;
- mobilização operacional;
- logística de transporte;
- sinalização operacional;
- EPIs e EPCs;
- seguros;
- despesas indiretas.

Custos ambientais

- transporte até unidade receptora;
- taxas de recebimento e disposição final;
- triagem, quando aplicável;
- destinação ambientalmente adequada em unidade licenciada.

A metodologia adotada, as fontes consultadas, os documentos de suporte, a memória de cálculo, os parâmetros técnicos utilizados e a planilha de composição de custos integram o processo administrativo da contratação, assegurando transparência, rastreabilidade e motivação da estimativa realizada.

9.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Com base na pesquisa de preços realizada e na composição dos custos necessários à execução integral do objeto, foi apurado o seguinte valor estimado:

Valor total estimado da contratação: R\$ 979.078,86 (novecentos e setenta e nove mil, setenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

O valor estimado corresponde ao **limite máximo de referência da contratação**, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos, veículos, combustível, manutenção, encargos, transporte, destinação final dos resíduos, obrigações ambientais, segurança do trabalho e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento contratual.

A estimativa considera a execução integral do volume estimado de **2.109,72 m³ de resíduos**, no prazo operacional estabelecido pela Administração.

9.2 COMPATIBILIDADE COM O MERCADO E EXEQUIBILIDADE

A análise das referências de preços demonstrou que os valores estimados apresentam **compatibilidade com os praticados no mercado para serviços similares**, observadas as especificidades operacionais do objeto, especialmente quanto:

- à natureza heterogênea dos resíduos;
- ao volume estimado;
- à necessidade de mobilização de maquinário pesado;
- à logística de transporte;
- à destinação final ambientalmente adequada;
- ao prazo reduzido de execução.

A estimativa elaborada objetiva assegurar:

- viabilidade econômica da contratação;
- exequibilidade das propostas;
- ampla competitividade;
- prevenção de preços inexequíveis;
- obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A Administração poderá proceder à análise de exequibilidade das propostas apresentadas no certame, especialmente quando houver indícios de inexecuibilidade ou incompatibilidade entre o valor ofertado e os custos mínimos necessários à execução integral do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.3 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A estimativa de preços guarda coerência com:

- o Documento de Formalização da Demanda (DFD);

- o Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- a planilha orçamentária anexa;
- as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Caso haja necessidade de atualização da pesquisa de preços antes da publicação do edital, os valores estimados poderão ser revistos mediante **justificativa técnica formal, atualização da memória de cálculo e registro no processo administrativo**.

Quando tecnicamente e estrategicamente justificável, a Administração poderá adotar **orçamento sigiloso**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que o valor estimado será mantido sob sigilo até o encerramento da fase de lances, visando ampliar a competitividade e mitigar riscos de alinhamento de preços entre licitantes.

10. Adequação Orçamentária:

10.1 Indicação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados em dotação orçamentária própria, conforme classificação abaixo:

- **Órgão/Unidade:** 07.001
- **Projeto/Atividade:** 18.541.1801.2034
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00
- **Fonte de Recursos:** 000.504

11. Responsáveis pela Elaboração e Aprovação

Elaborado por:

Nome: Katia Cristina Dalpiva Hartmann

Cargo/Função: secretária

Setor: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXOS:

Localização e tamanho da área:



-25.812022947093094, -52.72158129326657



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003



Planilha de custo:

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e resíduos mistos dispostos irregularmente em área pública municipal, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil, resíduos de poda, móveis inservíveis, utensílios, tecidos, calçados, materiais recicláveis, vidro e outros resíduos heterogêneos acumulados, estimados em aproximadamente 2.110 m³, incluindo fornecimento de mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, sinalização, encargos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

1. COMPOSIÇÃO DO PREÇO GLOBAL

Componente	Valor (R\$)
Custos de pessoal	58.780,00
Máquinas e equipamentos	116.850,00
Transporte dos resíduos	138.420,00
Destinação final licenciada	445.720,00
EPIs, EPCs, ferramentas e sinalização	16.340,00
Mobilização, apoio operacional e seguros	21.900,00
TOTAL DE CUSTOS DIRETOS (CD)	797.010,00
Administração central (4%)	31.880,40
Contingência/riscos operacionais (3%)	23.910,30
Tributos (4,8%)	40.934,43
Lucro empresarial (8%)	85.343,73
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 979.078,86

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os **atestados de capacidade técnica** e os documentos que, pela própria natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de registros de **CNPJ distintos (matriz e filial)** para **CND** e **CRF/FGTS**, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O licitante convocado deverá encaminhar os documentos de habilitação **exclusivamente por meio eletrônico**, pelo sistema do pregão, conforme as regras estabelecidas no edital.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- c) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Alvará sanitário e de funcionamento em vigência, quando cabíveis.

2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**, em plena validade;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, abrangendo inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**, com prazo de validade em vigor;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**.

2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até **90 (noventa) dias** antes da data prevista para apresentação, salvo se o documento consignar prazo de validade próprio;

b) **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, aptos a demonstrar a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c) A comprovação da boa situação financeira da empresa poderá ser aferida por meio de **índices contábeis objetivos**, quando previstos no edital, admitida a exigência de demonstração complementar, na forma da legislação aplicável.

2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, relacionados à **remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos**, admitido o somatório de atestados, observada a pertinência técnica;

b) Para fins de comprovação da aptidão técnico-operacional mínima, a licitante deverá comprovar **experiência anterior correspondente a quantitativo mínimo de até 50% (cinquenta por cento) do volume estimado do objeto licitado**, admitido o somatório de atestados;

c) A licitante deverá apresentar **declaração de disponibilidade operacional**, comprometendo-se a disponibilizar, quando do início da execução contratual, equipe, veículos, máquinas, equipamentos e aparelhamento técnico suficientes para execução integral do objeto, incluindo, no mínimo:

c.1) caminhões compatíveis com o transporte dos resíduos;

c.2) escavadeira hidráulica ou equipamento equivalente;

c.3) operadores, motoristas e equipe operacional;

c.4) equipamentos auxiliares, ferramentas e EPIs;

d) A Administração poderá promover diligência para verificar a autenticidade, a compatibilidade técnica e a suficiência operacional da documentação apresentada.

2.5. EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS E OPERACIONAIS

a) A licitante deverá apresentar, quando aplicável, documentação apta a demonstrar a **viabilidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos**, incluindo:

a.1) **declaração de disponibilidade de unidade receptora licenciada**; ou

a.2) **carta de anuência, contrato, licença ou documento equivalente** da unidade de destinação final;

b) Deverá ser assegurado que os resíduos sejam destinados exclusivamente a **aterro sanitário, unidade de transbordo, triagem, reciclagem, tratamento ou disposição final devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes**, conforme tipologia do resíduo e regras ambientais aplicáveis;

- c) A contratada deverá apresentar, durante a execução e para fins de recebimento, a documentação comprobatória da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, tais como **comprovantes de transporte, comprovantes de recebimento, documentos de rastreabilidade, MTR, certificados, pesagem ou equivalentes**, conforme exigido no Termo de Referência;
- d) A licitante deverá apresentar **declaração de pleno conhecimento das condições locais de execução**, reconhecendo ter ciência das condições operacionais, logística de transporte, características dos resíduos, acessibilidade do local e demais fatores capazes de influenciar a execução contratual.

2.6. DECLARAÇÕES

- a) **Declaração Unificada**, contemplando as exigências previstas no edital;
- b) No caso de **ME/EPP**, a Declaração Unificada deverá observar as exigências formais previstas no instrumento convocatório.

2.7. OUTROS

- a) Para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** que optarem pelos benefícios da legislação aplicável, apresentar **Certidão Simplificada da Junta Comercial** do respectivo Estado, comprovando o enquadramento como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, expedida em data não anterior a **12 (doze) meses** da data prevista para apresentação, salvo disposição diversa no edital;
- b) Outros documentos específicos somente poderão ser exigidos se estiverem **expressamente previstos no edital e no Termo de Referência**, em razão da natureza do objeto.

3. REGRAS GERAIS

- a) Todos os documentos devem identificar o licitante, com **razão social e CNPJ**;
- b) Os documentos deverão estar **válidos na data de apresentação**, ressalvadas as hipóteses legais de regularização;
- c) A exigência de habilitação observará estritamente o disposto no edital e no Termo de Referência, **não sendo exigidos documentos estranhos ao objeto da contratação**;
- d) A documentação será analisada conforme as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e das regras estabelecidas no instrumento convocatório;
- e) A Administração poderá realizar **diligências** para esclarecer ou complementar a instrução do processo de habilitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação, salvo nas hipóteses admitidas pela legislação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX
DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
CNPJ/CPF: _____
Inscrição Municipal: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ **CEP:** _____ **Cidade:** _____
Estado: _____
Telefone: _____ **Fax:** _____
E-mail: _____
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos depositados irregularmente em área localizada no Município**, incluindo o fornecimento de **mão de obra, equipamentos, maquinários, veículos e todos os insumos necessários à execução integral dos serviços**, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor (R\$)
1	Prestação de serviços de remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes de disposição irregular em área urbana, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil – RCC, resíduos de poda, resíduos volumosos, móveis inservíveis, roupas, calçados, vidros, materiais recicláveis e demais resíduos mistos.	Execução conforme Termo de Referência, contemplando, no mínimo: fornecimento de equipe operacional, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, EPCs e demais insumos necessários; escavação, revolvimento, carregamento mecanizado e apoio manual complementar; transporte em caminhões adequados; destinação final exclusiva em aterro sanitário, unidade de transbordo, triagem, reciclagem, tratamento ou disposição final devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes; apresentação de comprovantes de transporte, recebimento e destinação final, relatórios operacionais, registros fotográficos e demais documentos exigidos pela	m³ removido	2.110		_____

		fiscalização; observância das normas ambientais, sanitárias, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis; remoção integral dos resíduos da área indicada e limpeza final satisfatória do local.					
--	--	--	--	--	--	--	--

Observação: bservação: **O valor acima corresponde ao preço unitário por metro cúbico (R\$/m³), contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs, EPCs, transporte, destinação final ambientalmente adequada, encargos, tributos e demais insumos exigidos no edital e no Termo de Referência, sendo a medição e o pagamento realizados conforme os quantitativos efetivamente executados, comprovados e atestados pela fiscalização.**

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E INTEGRIDADE DOS PRODUTOS

A empresa proponente/vencedora será responsável pela adequada execução dos serviços durante todo o período solicitado pela Administração, observando integralmente o Edital, o Termo de Referência, as ordens de serviço e as orientações da fiscalização e da gestão do contrato.

4.1. Em caso de inexecução, execução inadequada, desconformidade dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais, caberá à Contratada promover a imediata regularização, inclusive com substituição de equipamentos, reforço de equipe, correção de falhas operacionais, adoção de medidas de controle ambiental, regularização do transporte e comprovação da destinação final dos resíduos, bem como a adoção das demais providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto, nos termos do Edital, do contrato e da legislação vigente.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. O licitante declara expressamente que sua proposta atende integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), inclusive quanto às condições de remoção, carregamento, transporte, destinação final ambientalmente adequada, disponibilização de equipamentos, veículos, mão de obra, documentação comprobatória da execução e demais requisitos previstos no edital.

5.2. O licitante declara, sob as penas da lei, que sua proposta inclui todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive despesas com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, administrativos, combustíveis, transporte, alimentação, ferramentas, maquinários, equipamentos, manutenção, licenças, autorizações, destinação final dos resíduos e demais custos incidentes, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O licitante declara ciência de que os serviços serão executados conforme necessidade da Secretaria contratante, mediante ordem de serviço e de acordo com as condições estabelecidas pela Administração, devendo manter estrutura operacional compatível e regularidade durante toda a execução contratual.

5.4. O licitante declara ciência de que será responsável pela apresentação dos documentos comprobatórios da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, inclusive comprovantes emitidos pela unidade receptora devidamente licenciada, na forma exigida no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João

Av. XV de Novembro, 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a)/Comissão de Contratação,

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ **(Marcar se aplicável)** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, enquadra-se como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa equiparada**, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital/aviso de contratação e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade por encargos decorrentes da execução contratual.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar/contratar, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas incidentes.

4.2. Declara que o objeto ofertado atende integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições de execução/fornecimento previstas no Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente.

4.3. Compromete-se a substituir/corrigir, às suas expensas, quaisquer itens/serviços em desconformidade com o instrumento convocatório e com a proposta apresentada, nos prazos fixados pela Administração.

5. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE (QUANDO APLICÁVEL)

5.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

5.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

6. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

6.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

7. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)**, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

8. DADOS PARA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO

8.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, indica o(a) seguinte representante legal:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **RG nº:** [NÚMERO]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]

8.2. Declara que o representante acima possui poderes para assinar e assumir obrigações em nome da empresa, anexando, quando necessário, os documentos comprobatórios de representação.

9. DADOS PARA CONTATO E COMUNICAÇÕES

9.1. Para fins de comunicações oficiais relativas ao processo licitatório/contratação, indica:

- **E-mail:** [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- **Telefone:** ([DDD]) [NÚMERO]

9.2. Compromete-se a manter os dados atualizados e a comunicar formalmente à Administração qualquer alteração.

10. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)

10.1. Indica como responsável pelo acompanhamento da execução contratual, quando exigido pela natureza do objeto:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [FUNÇÃO]
- **Telefone/E-mail:** [CONTATO]

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

[CIDADE], ____ de _____ de 20____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [NÚMERO]

ANEXO VI - LOCAIS DE EXECUÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE/DEPARTAMENTO/SECRETARIA

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Atendida:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – atendimento à demanda de remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos volumosos descartados irregularmente em área do Município.

Local de Execução dos Serviços:

Área pertencente ao Município de São João/PR, identificada pela Administração como local de disposição irregular de resíduos sólidos, ou outro local correlato expressamente indicado pela Secretaria demandante, mediante ordem de serviço.

Endereço: Município de São João/PR – local indicado pela Administração no ato da execução.

Responsável pelo Acompanhamento/Recebimento:

Responsável pelo Acompanhamento/Recebimento:

Gestor do Contrato: Katia Cristina Dalpiva Hartmann

Cargo/Setor: Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Fiscal I do Contrato: Gabriel Henrique Lemos

Cargo/Setor: Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente

Fiscal II do Contrato: Marcos Francisco Zanella

Cargo/Setor: Diretor do Departamento de Serviços Urbanos

Horário de Funcionamento / Execução (conforme TR):

Os serviços serão executados conforme necessidade da Secretaria contratante, mediante ordem de serviço, com especificação de local, prazo e demais condições operacionais para remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, observadas as disposições do Termo de Referência.

Observações Adicionais:

Os serviços compreendem a remoção, o carregamento, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos volumosos descartados irregularmente em área do Município, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, maquinários, veículos, mão de obra e demais recursos operacionais necessários à execução integral do objeto, bem como a apresentação dos documentos comprobatórios da destinação final em unidade devidamente licenciada, conforme exigências do Termo de Referência.

OBSERVAÇÕES:

1. A execução dos serviços deverá ocorrer nos locais, prazos e condições indicados pela Administração, mediante ordem de serviço, observando integralmente as exigências previstas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.
2. O gestor e os fiscais do contrato deverão acompanhar a execução, verificar a conformidade dos serviços prestados, registrar eventuais irregularidades e adotar as providências necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais.
3. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, maquinários, veículos, equipe e estrutura operacional necessários à execução integral do objeto, garantindo a adequada remoção, transporte e destinação final dos resíduos.
4. Todas as despesas com carregamento, transporte, operação, mão de obra, combustíveis, equipamentos, manutenção, licenças, destinação final dos resíduos e demais custos necessários à execução serão de responsabilidade da contratada, nos termos do Termo de Referência.

5. A contratada deverá apresentar os comprovantes de execução e de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, inclusive documentos emitidos pela unidade receptora devidamente licenciada, conforme exigido no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo administrativo nº. 163/2026

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº **76.995.422/0001-06**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.033/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, na **Lei Complementar nº 123/2006**, nos **Decretos Municipais nº 3.070/2023 e nº 3.118/2023**, e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos depositados irregularmente em área localizada no Município de São João/PR**, para atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, conforme especificações estabelecidas no **Termo de Referência**, no **Edital** e demais anexos.

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá, no mínimo:

- a) a **remoção e o carregamento** dos resíduos sólidos depositados irregularmente em área indicada pela Administração;
- b) a disponibilização de **todos os maquinários, equipamentos, veículos, mão de obra e demais recursos operacionais** necessários à execução integral dos serviços;
- c) o **transporte dos resíduos** até **aterro sanitário ou unidade de tratamento devidamente licenciada** pelos órgãos ambientais competentes;
- d) a **destinação final ambientalmente adequada** dos resíduos removidos, em conformidade com a legislação aplicável;
- e) a apresentação dos **comprovantes de transporte, recebimento, pesagem e destinação final dos resíduos**, conforme exigências previstas no Termo de Referência;
- f) a observância das **normas ambientais, sanitárias, operacionais e de segurança do trabalho** aplicáveis à execução do objeto;
- g) as demais atividades correlatas indispensáveis à plena e adequada execução do objeto contratado, nos termos do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora.

1.3. O objeto compreende, em item único, a prestação dos serviços acima descritos, sob **regime de execução por preço global**, conforme quantitativos, condições operacionais e exigências definidas no Termo de Referência.

1.4. A execução dos serviços será realizada conforme necessidade da Administração, mediante **ordem de serviço/ordem de início** emitida pela contratante, com indicação do **local, prazo e demais condições operacionais** para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo **valor unitário de R\$ [VALOR]/m³ ([VALOR POR EXTENSO] por metro cúbico)**, perfazendo o **valor total estimado de R\$ [VALOR TOTAL ESTIMADO] ([VALOR TOTAL ESTIMADO POR EXTENSO])**, considerando o quantitativo estimado constante do edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora. A remuneração observará os quantitativos **efetivamente executados**, medidos, comprovados e atestados pela fiscalização contratual.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Prestação de serviços de remoção, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes de disposição irregular em área urbana, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos da construção civil – RCC, resíduos de poda, resíduos volumosos, móveis inservíveis, roupas, calçados, vidros, materiais recicláveis e demais resíduos mistos, incluindo fornecimento de mão de obra, máquinas, equipamentos, veículos, combustível, ferramentas, EPIs e demais insumos necessários à execução integral do objeto.	m³ removido	2.110		

2.2. O valor unitário acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços;
- b) encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários;
- c) despesas administrativas, operacionais e comerciais;
- d) custos de mobilização, escavação, revolvimento, segregação parcial operacionalmente viável, carregamento, transporte, logística, operação e destinação final dos resíduos;
- e) custos com mão de obra, maquinários, equipamentos, veículos, combustíveis, ferramentas, manutenção preventiva e corretiva, EPIs, EPCs e demais recursos necessários à execução dos serviços;
- f) custos com recebimento, tratamento, transbordo, triagem, reciclagem, disposição final, controle, monitoramento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
- g) despesas com emissão e apresentação de comprovantes de transporte, recebimento, destinação final, relatórios operacionais, registros fotográficos, MTR, certificados e demais documentos exigidos pela fiscalização;
- h) custos relacionados à manutenção da regularidade documental, ambiental e operacional da execução e da unidade receptora;
- i) demais custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado, conforme Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e legislação aplicável.

2.3. O preço contratado remunera integralmente a execução dos serviços objeto deste contrato, observadas as exigências do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora, não cabendo quaisquer acréscimos por alegação de desconhecimento das condições locais, operacionais, ambientais, logísticas, da heterogeneidade dos resíduos, das condições de acesso ou das obrigações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.

2.4. O valor total do contrato possui **caráter estimativo**, uma vez que o regime de execução será por **empreitada por preço unitário**, sendo a medição dos serviços realizada com base no volume de resíduos **efetivamente removido, transportado e destinado**, expresso em **metros cúbicos (m³)**, mediante comprovação documental e validação pela fiscalização contratual, nos termos do Termo de Referência.

2.5. O pagamento observará a execução efetiva dos serviços e a apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Administração, especialmente os relativos à remoção, transporte, recebimento, rastreabilidade e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como relatório de medição aprovado e demais documentos definidos no Termo de Referência.

2.6. Somente serão reconhecidos para fins de medição e pagamento os quantitativos efetivamente executados, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização contratual, vedado o pagamento de serviços não executados, parcialmente executados ou sem comprovação da destinação final ambientalmente adequada.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, compreendendo o período necessário à mobilização operacional, execução dos serviços, fiscalização, medição, recebimento e encerramento administrativo do objeto, podendo ser prorrogada somente nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início**, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e neste contrato.

3.2.1. O prazo para execução material do objeto será de até **20 (vinte) dias úteis**, contados da emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início, devendo a contratada promover a remoção integral dos resíduos existentes na área indicada pela Administração, com transporte e destinação final ambientalmente adequada, nos termos do Termo de Referência.

3.2.2. A Ordem de Serviço/Ordem de Início deverá conter, no mínimo, as orientações operacionais necessárias à execução, incluindo:

- a) a identificação da área objeto da intervenção;
- b) o quantitativo estimado de resíduos;
- c) o prazo máximo de execução;
- d) a identificação do fiscal do contrato;
- e) as demais orientações operacionais necessárias ao regular cumprimento do objeto.

3.2.3. Antes do início da execução, a contratada poderá realizar **vistoria técnica no local**, com a finalidade de verificar as condições operacionais, sem prejuízo da fiscalização da Administração, podendo a vistoria ser substituída por declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, nos termos do edital e do Termo de Referência.

3.2.4. Eventuais prorrogações dos prazos de execução e de vigência deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, desde que devidamente justificadas, demonstrada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou impeditivo da execução no prazo inicialmente estabelecido, sem culpa da contratada, mantida a vantajosidade para a Administração e observada a legislação vigente.

3.2.5. Não constituem justificativa para prorrogação, por se tratarem de riscos ordinários da atividade da contratada:

- a) insuficiência de equipe, máquinas, equipamentos ou logística;
- b) erro de planejamento operacional;
- c) baixa produtividade;
- d) dificuldades ordinárias inerentes ao objeto;
- e) alegações de desconhecimento das condições do local, da heterogeneidade dos resíduos, das condições de acesso ou da distância da unidade receptora.

3.2.6. Em caso de prorrogação da vigência contratual por período superior a **12 (doze) meses**, os valores poderão ser reajustados anualmente com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE**, contada da data-base aplicável, na forma prevista no edital, neste contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as necessidades do **MUNICÍPIO**, observando as condições operacionais estabelecidas no **Edital**, no **Termo de Referência** e neste contrato, mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início** pela Administração.

4.2. A **CONTRATADA** se compromete a executar os serviços dentro das condições estabelecidas, garantindo que:

- a) os serviços sejam prestados em estrita conformidade com o **Termo de Referência**, com o **Edital**, com a **proposta apresentada** e com as orientações da Administração e da fiscalização;
- b) sejam disponibilizados todos os **maquinários, equipamentos, veículos, mão de obra e demais recursos operacionais** necessários à execução integral do objeto;
- c) seja realizada a **remoção e o carregamento** dos resíduos sólidos depositados irregularmente na área indicada pela Administração;
- d) os resíduos removidos sejam **transportados em veículos adequados**, observadas as normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis;
- e) os resíduos sejam destinados exclusivamente a **aterro sanitário ou unidade de tratamento devidamente licenciada** pelos órgãos ambientais competentes;
- f) sejam apresentados os **comprovantes de transporte, recebimento, pesagem e destinação final** dos resíduos, bem como relatórios operacionais e demais documentos exigidos para fins de fiscalização, medição e pagamento;
- g) sejam mantidas, durante toda a execução contratual, a **regularidade ambiental, operacional e documental** da unidade receptora e da execução dos serviços;
- h) sejam corrigidas, regularizadas ou sanadas imediatamente, e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas operacionais, inconsistências de registro, irregularidades ambientais, desconformidades técnicas ou documentais constatadas pela fiscalização;
- i) sejam observadas todas as exigências **legais, técnicas, ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho** necessárias à adequada execução do objeto.

4.3. A execução dos serviços compreenderá, no mínimo:

- I – mobilização de equipe, equipamentos, maquinários e veículos necessários à execução;
- II – remoção e carregamento mecânico dos resíduos existentes na área indicada;
- III – transporte dos resíduos até unidade de destinação final ambientalmente adequada;
- IV – destinação final em **aterro sanitário ou unidade de tratamento devidamente licenciada**;
- V – apresentação da documentação comprobatória da execução e da destinação final dos resíduos.

4.4. O início da execução ocorrerá após a emissão da **Ordem de Serviço/Ordem de Início** pela Administração, depois da formalização contratual e das demais providências administrativas necessárias.

4.5. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e compatível com as condições operacionais definidas pela Administração, no prazo e no local indicados na Ordem de Serviço, podendo haver adequações operacionais formalmente comunicadas pela fiscalização contratual.

4.6. A execução dos serviços somente será considerada regularmente realizada após verificação e ateste pela fiscalização contratual, que poderá determinar correções, adequações, complementações, apresentação de documentos, regularização operacional ou ambiental e outras providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

a) da **CONTRATANTE**: receber a execução do objeto contratado em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, este contrato e demais anexos, podendo **fiscalizar, acompanhar, atestar, glosar, rejeitar serviços em desconformidade e exigir correções, complementações e adequações** quando necessárias;

b) da **CONTRATADA**: receber o pagamento pelos **serviços efetivamente executados**, na forma e nos prazos estabelecidos, desde que cumpridas integralmente as obrigações contratuais e haja o devido ateste da Administração.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidos;

b) disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e condições necessárias para a regular execução do contrato;

c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscais formalmente designados;

d) comunicar à CONTRATADA as ocorrências verificadas na execução, para fins de regularização, correção ou adequação;

e) emitir a ordem de início dos serviços e demais atos administrativos necessários à execução contratual;

f) indicar à contratada as orientações operacionais necessárias à execução, especialmente quanto ao **local de execução, quantitativo estimado, prazo para início, identificação do fiscal do contrato e demais diretrizes operacionais**;

g) atestar a execução dos serviços efetivamente realizados, após verificação da conformidade contratual;

h) rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato, o edital ou o Termo de Referência;

i) aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

j) exigir da CONTRATADA a apresentação de documentos, relatórios, registros operacionais, comprovantes de transporte, recebimento, pesagem, licenças, autorizações e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual;

k) determinar, quando constatadas falhas operacionais, ambientais ou risco à adequada execução do objeto, a adoção imediata de medidas corretivas, preventivas, mitigadoras ou de contingência, sem prejuízo das demais medidas administrativas e contratuais cabíveis.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

a) executar os serviços em estrita conformidade com este contrato, com o Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração;

- b) disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, **equipe, maquinários, equipamentos, veículos e demais recursos operacionais** necessários ao fiel cumprimento do objeto;
- c) realizar a **remoção, o carregamento, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada** dos resíduos sólidos depositados irregularmente na área indicada pela Administração;
- d) garantir a continuidade, regularidade e segurança operacional dos serviços, sem interrupções injustificadas;
- e) realizar o transporte dos resíduos em veículos adequados, observadas as normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis;
- f) assegurar a destinação final dos resíduos em **aterro sanitário ou unidade de tratamento devidamente licenciada** pelos órgãos ambientais competentes;
- g) apresentar relatórios operacionais, registros de transporte, comprovantes de recebimento, pesagem, destinação final, MTR, certificados ou documentos equivalentes necessários à fiscalização, à medição dos serviços e à liquidação da despesa;
- h) substituir, corrigir ou regularizar, imediatamente e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas operacionais, inconsistências de registro, irregularidades ambientais ou desconformidades com as exigências contratuais;
- i) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, ambientais e civis decorrentes da execução;
- j) responder por danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;
- k) manter à disposição da fiscalização, e apresentar quando solicitado, documentos e registros necessários à verificação da execução e da regularidade dos serviços;
- l) atender prontamente às solicitações da Administração relativas ao cumprimento do contrato;
- m) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que impeça, dificulte ou comprometa a execução das obrigações assumidas;
- n) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- o) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;
- p) cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, sanitária, civil e demais normas aplicáveis à atividade e à execução do objeto;
- q) não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação vigente, inclusive quanto à vedação constitucional ao trabalho infantil irregular;
- r) assumir integralmente todos os custos necessários ao cumprimento do contrato, inclusive aqueles relativos a pessoal, encargos, tributos, combustíveis, maquinários, equipamentos, veículos, transporte, operação, controle ambiental, destinação final dos resíduos, documentação comprobatória e demais despesas diretas e indiretas;
- s) manter, durante toda a execução contratual, válida e vigente a **licença ambiental** da unidade receptora, bem como atender às respectivas condicionantes, quando cabível;
- t) permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, inclusive quanto à realização de inspeções e auditorias documentais e operacionais;
- u) comprovar, sempre que solicitado, a regularidade ambiental e operacional da execução e a adequada destinação final dos resíduos;
- v) atuar com ética, responsabilidade e zelo na execução dos serviços, observando as normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e as orientações da fiscalização e da gestão do contrato;

w) cumprir rigorosamente os prazos, rotinas operacionais e padrões técnicos definidos pela Administração, não podendo interromper ou restringir a execução sem justificativa técnica formalmente aceita pela CONTRATANTE;

x) adotar, imediatamente e às suas expensas, todas as providências necessárias à contenção, mitigação, correção, reparação e regularização de falhas operacionais, eventos ambientais adversos, danos, incidentes, contaminações, vazamentos ou desconformidades verificadas durante a execução contratual;

y) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução contratual, a segurança operacional ou a conformidade ambiental da atividade, incluindo autos de infração, notificações de órgãos ambientais, embargos, interdições, incidentes ambientais, paralisações ou qualquer situação que gere ou possa gerar passivo ambiental;

z) responder integralmente pelos passivos ambientais, danos ecológicos, prejuízos à saúde pública, contaminações, autuações e demais consequências decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das obrigações legais, contratuais ou regulamentares, sem prejuízo das sanções administrativas e das demais responsabilidades cabíveis;

aa) manter, durante toda a execução contratual, plano de contingência operacional e ambiental compatível com o objeto contratado, contemplando, no mínimo, hipóteses de paralisação, indisponibilidade de equipamentos, incidentes ambientais, falhas na destinação final e medidas imediatas de comunicação e resposta, quando exigido pela Administração ou pela legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a medição dos serviços efetivamente executados, a regular liquidação da despesa e o respectivo ateste pela fiscalização e pelo gestor do contrato, mediante apresentação da **Nota Fiscal**, acompanhada dos documentos exigidos para comprovação da execução contratual.

6.1.1. Para fins de pagamento, a Nota Fiscal deverá estar acompanhada, no que couber, dos seguintes documentos:

- a) comprovantes de execução dos serviços;
- b) registros operacionais;
- c) comprovantes de transporte, recebimento, pesagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;
- d) MTR, certificados, relatórios ou documentos equivalentes exigidos no Termo de Referência;
- e) demais documentos solicitados pela fiscalização para fins de liquidação da despesa.

6.1.2. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail **ctbsaojoao@gmail.com** ou **contabilidade@saojoao.pr.gov.br**.

6.1.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas ao setor competente imediatamente após sua emissão, preferencialmente no mesmo dia, a fim de não comprometer o fluxo regular de conferência, liquidação e pagamento das despesas, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) relatório consolidado dos serviços executados no período de referência;
- b) comprovantes de pesagem das cargas recebidas;
- c) registros e documentos que permitam a conferência da medição;
- d) certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para pagamento, especialmente as relativas ao FGTS, Fazenda Federal e CNDT, devidamente atualizadas;

e) comprovação da manutenção da validade da licença ambiental do empreendimento receptor, quando exigido pela fiscalização.

6.3. O pagamento será realizado com base na **quantidade efetivamente recebida, pesada, comprovada documentalmente e validada pela fiscalização contratual**, observados os valores unitários contratados por tonelada.

6.3.1. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os quantitativos:

- a) efetivamente executados;
- b) devidamente pesados;
- c) registrados de forma regular;
- d) comprovados documentalmente;
- e) atestados pela fiscalização e validados pelo gestor do contrato.

6.3.2. Poderão ser aplicadas glosas, retenções ou suspensões de pagamento nas hipóteses de:

- a) divergência entre os relatórios apresentados e os registros de pesagem;
- b) ausência de documentação comprobatória;
- c) falhas operacionais ou ambientais na execução;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;
- e) irregularidade fiscal, trabalhista ou ambiental da contratada, quando legalmente exigível para pagamento.

6.4. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.4.1. De acordo com o Decreto Municipal nº 3.096/2023 e a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.5. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- a) o número da licitação correspondente;
- b) o número do contrato e, se aplicável, do termo aditivo;
- c) a discriminação clara dos serviços executados no período, com indicação dos quantitativos medidos por tipo de resíduo, quando aplicável;
- d) a informação sobre a opção pelo Simples Nacional, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.6. As Notas Fiscais deverão ser entregues até o dia 25 de cada mês. Caso sejam apresentadas após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

6.7. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das dotações orçamentárias indicadas no processo administrativo e no instrumento contratual, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

• **Órgão e Unidade:** 07.001

• **Funcional Programática:** 18.541.1801.2034

• **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00.00

• **Fonte:** 000.504

6.8. Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação da execução do objeto, da regularidade da medição e do cumprimento das condições contratuais, podendo a Administração suspender o pagamento até a regularização de eventual pendência.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A **CONTRATANTE** poderá promover a revisão do contrato para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando caracterizado fato superveniente que gere desequilíbrio relevante, desde que a **CONTRATADA** apresente solicitação formal, devidamente motivada e instruída com documentação comprobatória, incluindo, quando cabível, memória

de cálculo, planilhas, notas fiscais, contratos, índices, laudos, comprovantes de custos operacionais, documentos relativos ao transporte, destinação final, licenciamento, combustíveis, insumos e demais elementos que demonstrem a efetiva repercussão nos custos do contrato.

7.2. O pedido será analisado pela Administração conforme as regras do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.033/2026**, do **Termo de Referência**, deste contrato e da legislação aplicável, sendo admitido apenas quando comprovada, de forma objetiva, a ocorrência de evento superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, ou ainda fato do príncipe, caso fortuito, força maior ou fato excepcional que altere significativamente as condições originalmente pactuadas, com demonstração do **nexo causal**, da efetiva repercussão no custo da execução contratual e da impossibilidade de absorção do impacto pela CONTRATADA.

7.3. A recomposição, quando cabível, observará os limites estritamente necessários à eliminação do desequilíbrio verificado, preservando-se as condições efetivas da proposta e do contrato, podendo ser formalizada por **termo aditivo** ou, quando juridicamente aplicável, por **apostilamento**, conforme a natureza do ajuste e o instrumento jurídico adequado.

7.4. Não ensejam recomposição, por si sós:

- a) variações ordinárias de mercado previsíveis;
- b) falhas de planejamento, dimensionamento ou gestão interna da CONTRATADA;
- c) elevação de custos inerentes ao risco normal do negócio;
- d) despesas que não guardem relação direta com o objeto contratado;
- e) custos já contemplados na proposta apresentada;
- f) eventos decorrentes de culpa, negligência, imprudência, imperícia ou inadequada organização operacional da CONTRATADA.

7.5. O eventual deferimento do pedido de recomposição dependerá de análise técnica e jurídica da Administração, podendo ser exigidos documentos complementares, diligências, justificativas adicionais e manifestação da fiscalização contratual quanto aos impactos efetivos na execução do objeto.

7.6. A mera apresentação do pedido de recomposição não suspende a execução contratual, nem autoriza a interrupção, redução ou alteração unilateral dos serviços pela CONTRATADA, que permanecerá obrigada ao cumprimento integral das obrigações assumidas, salvo decisão formal em sentido diverso da Administração.

7.7. Quando aplicável reajuste em razão de prorrogação contratual, este observará o índice e os critérios previstos neste contrato, no edital e na legislação vigente, não se confundindo com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de evento extraordinário.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da **CONTRATANTE** especialmente designados, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, cabendo à Administração promover o acompanhamento, o controle e a verificação do fiel cumprimento das obrigações contratuais. A gestão e a fiscalização contratual deverão ser formalmente designadas pela autoridade competente, mediante portaria ou ato equivalente.

8.2. A **CONTRATANTE** nomeia como **Gestora do Contrato** a Sra. **Katia Cristina Dalpiva Hartmann**, a quem competirá coordenar a execução contratual, receber informações da fiscalização, promover os encaminhamentos administrativos cabíveis, controlar a vigência contratual e propor medidas para o fiel cumprimento do ajuste.

8.3. O acompanhamento direto da execução será realizado pelos seguintes fiscais designados pela **CONTRATANTE**:

- **Fiscal I: Gabriel Henrique Lemos;**
- **Fiscal II: Marcos Francisco Zanella.**

8.4. Compete ao gestor do contrato:

- a) acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e gerenciais;
- b) controlar prazos contratuais, vigência e eventuais prorrogações;
- c) consolidar as informações oriundas da fiscalização;
- d) validar, juntamente com os fiscais, as informações necessárias à medição e ao pagamento;
- e) adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;
- f) encaminhar à autoridade competente situações que demandem aplicação de penalidades;
- g) atuar como interlocutor institucional entre a Administração e a **CONTRATADA**;
- h) determinar a adoção de providências corretivas, preventivas ou mitigadoras quando constatadas falhas operacionais, ambientais ou documentais relevantes;
- i) propor, quando cabível, a instauração de processo administrativo para apuração de infrações contratuais, aplicação de penalidades, glosas, retenções, suspensão de pagamentos ou extinção contratual;
- j) requisitar da **CONTRATADA** documentos, relatórios, comprovantes, laudos, licenças, autorizações, planos de contingência e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

8.5. Compete aos fiscais do contrato:

- a) acompanhar a execução dos serviços em campo;
- b) verificar a conformidade da remoção, do carregamento, do transporte e da destinação final dos resíduos com as exigências contratuais;
- c) conferir os quantitativos removidos, os comprovantes de transporte, recebimento, pesagem e destinação final;
- d) validar os registros operacionais relacionados à execução;
- e) analisar relatórios operacionais, técnicos e ambientais apresentados pela **CONTRATADA**;
- f) verificar a conformidade da execução com as exigências ambientais, técnicas e operacionais previstas no contrato e no Termo de Referência;
- g) registrar formalmente falhas, interrupções, inconsistências ou irregularidades;
- h) determinar correções imediatas, quando cabível;
- i) atestar a execução dos serviços para fins de recebimento provisório, medição e pagamento;
- j) subsidiar o gestor com informações para eventual aplicação de sanções;
- k) verificar o cumprimento dos prazos, rotinas mínimas de execução, padrões de atendimento e demais condições operacionais estabelecidas pela Administração;
- l) acompanhar a regularidade da documentação comprobatória da destinação final dos resíduos, inclusive MTR, comprovantes de recebimento, pesagem, certificados ou equivalentes;
- m) exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a apresentação de documentos complementares, registros operacionais, relatórios técnicos, laudos, comprovantes de regularidade ambiental e demais elementos relacionados à execução;
- n) comunicar imediatamente ao gestor do contrato e à autoridade competente situações que possam representar risco à continuidade do serviço, à segurança operacional, ao meio ambiente, à saúde pública ou ao patrimônio público.

8.6. A fiscalização acompanhará a execução contratual, podendo determinar as providências necessárias para correção de falhas, adequação dos serviços, regularização de inconformidades, apresentação de documentos complementares e fiel cumprimento do contrato, devendo reportar ao gestor as situações que demandem providências administrativas adicionais.

8.6.1. Sempre que constatado risco ambiental, sanitário ou operacional relevante, a fiscalização poderá determinar, de forma motivada:

- a) a adoção imediata de medidas corretivas, preventivas ou mitigadoras;
- b) a apresentação de plano de contingência ou de regularização;
- c) a comprovação da regularidade ambiental, documental e operacional da execução;
- d) a suspensão temporária de atividades em situação crítica, quando necessária à segurança da execução ou à proteção ambiental;
- e) a comunicação dos fatos aos órgãos ambientais, sanitários, de controle ou às demais autoridades competentes, sem prejuízo das medidas contratuais e legais cabíveis.

8.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções no local de execução, auditorias documentais e operacionais, conferência dos registros de transporte, dos comprovantes de pesagem e da destinação final, bem como verificação da regularidade ambiental da atividade executada.

8.7.1. Para fins de fiscalização, a **CONTRATADA** deverá franquear à **CONTRATANTE** e aos órgãos de controle o acesso aos locais de execução, aos registros operacionais, aos documentos ambientais, aos comprovantes de transporte, pesagem e destinação final, e aos demais elementos relacionados à execução do objeto.

8.8. Caso seja necessária a substituição do gestor ou dos fiscais inicialmente designados, a **CONTRATANTE** promoverá a formalização por meio de portaria, ato equivalente ou apostilamento administrativo, com juntada aos autos do processo e ciência da **CONTRATADA** pelos meios oficiais adotados pela Administração.

8.9. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência, com o edital e com as normas da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.10. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por determinação da Administração, por motivo ambiental, operacional ou por fato superveniente devidamente justificado, o cronograma de execução poderá ser ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, na forma da legislação aplicável.

8.10.1. Sem prejuízo das demais medidas cabíveis, a Administração poderá determinar a adoção de providências emergenciais ou contingenciais para assegurar a continuidade do serviço e a mitigação de riscos ambientais, operacionais ou sanitários, inclusive mediante exigência de solução temporária ou alternativa tecnicamente adequada.

8.11. A **CONTRATADA** será responsável por:

- a) corrigir, regularizar, complementar ou refazer, às suas expensas, qualquer parcela da execução que apresente falhas, vícios, defeitos, inconsistências de registro ou irregularidades;
- b) responder por danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, decorrentes da execução contratual, independentemente da fiscalização exercida pela **CONTRATANTE**;
- c) assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais e demais ônus decorrentes da execução do contrato, sem transferência de responsabilidade à Administração;
- d) atender imediatamente às determinações da fiscalização e da gestão contratual relacionadas à correção de falhas, à mitigação de riscos, à regularização ambiental, à apresentação de documentos e à continuidade dos serviços;
- e) apresentar, sempre que solicitado, comprovação atualizada da manutenção das licenças, autorizações, condicionantes ambientais, relatórios técnicos e demais documentos exigidos para a regular execução contratual;
- f) responder integralmente pelas consequências decorrentes da omissão, atraso ou insuficiência na adoção de medidas corretivas ou emergenciais exigidas pela fiscalização.

8.12. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas por e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Administração.

8.13. Antes da realização de cada pagamento, a **CONTRATANTE** poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** nos sistemas e bases oficiais aplicáveis, bem como exigir os documentos necessários à regular liquidação da despesa, conforme previsto no edital, no contrato e na legislação vigente.

8.14. A atuação da gestão e da fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela execução integral do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais e pela reparação de danos eventualmente causados à Administração, ao meio ambiente, à saúde pública ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E DOS SEGUROS

9.1. A **CONTRATADA** é integralmente responsável pela adequada execução dos serviços contratados e pela correta destinação final dos resíduos removidos, devendo observar, durante toda a vigência contratual, a legislação ambiental aplicável, as normas técnicas pertinentes, as condicionantes das licenças ambientais envolvidas e as determinações dos órgãos de fiscalização e controle.

9.2. A **CONTRATADA** responderá integralmente, nas esferas administrativa, civil e penal, pelos danos ambientais, operacionais, sanitários e patrimoniais decorrentes de sua atuação, ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das obrigações contratuais e legais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato.

9.3. A responsabilidade da **CONTRATADA** abrange, inclusive, danos decorrentes de falhas na remoção, no carregamento, no transporte, no controle operacional, na documentação comprobatória, na pesagem, na rastreabilidade e na destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como de qualquer irregularidade relacionada à unidade receptora indicada para recebimento dos resíduos.

9.4. A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela correta execução do objeto e pelo cumprimento das obrigações ambientais, técnicas e operacionais assumidas.

9.5. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução contratual, válidas e atualizadas todas as licenças, autorizações, cadastros, registros, alvarás, seguros, garantias e demais instrumentos necessários à regular execução do objeto e à cobertura dos riscos inerentes à atividade, apresentando à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes.

9.6. A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução contratual, a segurança operacional, a conformidade ambiental da atividade ou a continuidade do serviço, inclusive autos de infração, notificações, embargos, interdições, incidentes ambientais, falhas relevantes na operação, indisponibilidade de equipamentos, problemas na unidade receptora ou qualquer situação que possa gerar passivo ambiental.

9.7. Constatada ocorrência ambiental, operacional ou sanitária relevante, a **CONTRATADA** deverá adotar imediatamente, às suas expensas, todas as medidas de contenção, mitigação, correção, reparação, regularização e comunicação aos órgãos competentes, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

9.8. A **CONTRATADA** deverá manter plano de contingência operacional e ambiental compatível com o objeto contratado, contemplando, no mínimo, hipóteses de paralisação, indisponibilidade de equipamentos, falhas no transporte, impossibilidade temporária de



PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOÃO**

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

destinação final, incidentes ambientais, riscos de contaminação e demais situações emergenciais, com definição das medidas imediatas de resposta, mitigação e comunicação.

9.9. Sempre que exigido pela legislação aplicável, pelos órgãos ambientais competentes, pela natureza da atividade ou por determinação motivada da Administração, a **CONTRATADA** deverá manter seguros e garantias específicos destinados à cobertura de riscos operacionais e ambientais, inclusive aqueles voltados à mitigação e reparação de passivos ambientais, apresentando à **CONTRATANTE** os comprovantes correspondentes.

9.10. A **CONTRATADA** responderá integralmente pelos custos de prevenção, contenção, mitigação, recuperação, remediação, indenização e reparação de danos decorrentes de falhas na execução contratual ou de eventos a ela imputáveis, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária por obrigações que sejam de atribuição exclusiva da contratada, ressalvadas as hipóteses legais.

9.11. A eventual aplicação de sanções administrativas, a adoção de medidas corretivas pela fiscalização, a retenção de pagamentos, a glosa de valores ou a extinção contratual não afastam a obrigação da **CONTRATADA** de reparar integralmente os danos causados à Administração, ao meio ambiente, à saúde pública ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

10.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

10.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, ambiental e penal.

11.2. Constituem sanções administrativas aplicáveis, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de multa será aplicada nas hipóteses previstas neste contrato, no edital e na legislação aplicável, não podendo ser inferior a **0,5%** nem superior a **30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.5. A multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º dia, limitada ao percentual máximo previsto em lei, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e aplicação de outras sanções cabíveis.

11.5.1. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas **sanções progressivas**, de acordo com a natureza da infração, a extensão do dano, o risco à continuidade do serviço, o impacto ambiental e a reincidência, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.5.2. Para fins de gradação, consideram-se, exemplificativamente:

I – infrações leves:

a) atraso pontual na apresentação de relatórios, registros ou documentos exigidos pela fiscalização;

b) inconsistências formais ou sanáveis em registros de pesagem ou controles operacionais;

c) descumprimento isolado de rotina operacional sem prejuízo relevante à execução contratual ou ao meio ambiente.

Penalidade sugerida: advertência formal e determinação de correção imediata, sem prejuízo de multa, quando cabível.

II – infrações médias:

a) descumprimento de horários, turnos ou rotinas de recebimento definidos pela Administração;

b) recusa injustificada de cargas encaminhadas pelo Município;

c) falhas reiteradas de controle, pesagem, rastreabilidade ou registro das cargas recebidas;

d) atraso injustificado na correção de irregularidades apontadas pela fiscalização;

e) descumprimento de obrigação contratual com impacto operacional relevante, ainda que sem dano ambiental comprovado.

Penalidade sugerida: multa administrativa, sem prejuízo de advertência anterior, glosa, retenção de pagamento e determinação de regularização imediata.

III – infrações graves:

a) paralisação injustificada dos serviços;

b) falhas graves ou reiteradas no controle, manejo, armazenamento, drenagem ou tratamento de chorume;

c) descumprimento de condicionantes ambientais ou de determinações dos órgãos ambientais e de fiscalização;

d) omissão na comunicação de incidente ambiental, embargo, auto de infração, interdição ou risco de paralisação;

e) ocorrência de dano ambiental, contaminação, poluição, vazamento, risco à saúde pública ou comprometimento relevante da segurança operacional;

f) reincidência em infrações médias ou descumprimento reiterado de determinações da fiscalização.

Penalidade sugerida: multa em grau mais gravoso, cumulada ou não com impedimento de licitar e contratar, instauração de procedimento de extinção contratual e demais medidas cabíveis.

11.5.3. A reincidência específica poderá ensejar o agravamento progressivo da penalidade, inclusive com:

a) conversão de advertência em multa;

b) majoração da multa inicialmente aplicada;

c) cumulação com outras sanções administrativas;

d) instauração de procedimento para extinção contratual, nos casos de maior gravidade.

11.5.4. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não prejudica a adoção, pela Administração, de medidas imediatas destinadas à contenção de riscos operacionais, ambientais ou sanitários, inclusive determinação de correção emergencial, suspensão de recebimento em situação crítica, glosa, retenção cautelar e comunicação aos órgãos competentes.

11.6. A partir do 31º dia de atraso, a mora poderá caracterizar inexecução parcial ou total da obrigação, hipótese em que poderá ser aplicada multa compensatória, observados os limites legais, além das demais sanções cabíveis, mediante regular processo administrativo.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

11.9. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, ao meio ambiente e a terceiros, a reincidência, a conduta da contratada na correção da falha, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.

11.10. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar dependerá de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.12. Caso seja aplicada multa, a Administração poderá descontar o respectivo valor dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**, observado o regular processo administrativo e os limites legais.

11.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

11.14. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, ao meio ambiente ou a terceiros.

11.15. O procedimento para aplicação das sanções observará, no que couber, as seguintes etapas:

- a) manifestação do fiscal do contrato, com indicação das irregularidades e documentos comprobatórios;
- b) análise e manifestação do gestor do contrato;
- c) instauração de processo administrativo, quando cabível;
- d) notificação da **CONTRATADA** para apresentação de defesa, no prazo legal;
- e) análise jurídica, quando necessária;
- f) decisão da autoridade competente;
- g) comunicação da decisão à **CONTRATADA**;
- h) registro da penalidade nos sistemas cadastrais pertinentes, quando aplicável.

11.16. Nos processos de responsabilização, será assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa, observados os prazos e procedimentos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021** e no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicável.

11.17. Sem prejuízo das sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, eventual responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

11.18. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

11.19. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, no edital, neste contrato e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- b) extinção por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;
- c) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

12.2. Caso a extinção ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

12.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

12.4. A **CONTRATANTE** poderá promover a extinção unilateral do contrato em caso de cisão, fusão, incorporação, alteração societária relevante ou modificação da estrutura da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado ou reduza as garantias inicialmente apresentadas.

12.5. A extinção poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) não prestação dos serviços contratados ou interrupção injustificada da execução;

b) inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

c) descumprimento de determinações do fiscal ou do gestor do contrato;

d) perda, suspensão, cassação, vencimento não regularizado ou qualquer restrição relevante da licença ambiental indispensável à execução do objeto;

e) descumprimento de condicionantes ambientais, exigências técnicas, determinações de órgãos ambientais ou medidas corretivas exigidas pela fiscalização contratual;

f) falhas graves ou reiteradas no recebimento, controle, tratamento, drenagem, manejo, armazenamento ou disposição de chorume, gases, efluentes ou demais sistemas ambientais do empreendimento;

g) ocorrência de dano ambiental, contaminação, vazamento, poluição, risco à saúde pública, embargo, interdição ou qualquer evento que comprometa de forma relevante a regular execução contratual;

h) recusa injustificada no recebimento das cargas encaminhadas pelo Município ou descumprimento reiterado dos horários e rotinas operacionais definidos pela Administração;

i) não manutenção, não renovação ou não comprovação, quando exigível, de seguros, garantias, autorizações, licenças, planos de contingência ou demais instrumentos necessários à cobertura dos riscos operacionais e ambientais da atividade;

j) prestação dos serviços em desacordo com as normas legais, contratuais, técnicas ou ambientais aplicáveis, de forma a comprometer a finalidade pública da contratação;

k) prática de ato que configure fraude, dolo, má-fé, omissão relevante de informações ou embaraço à atuação da fiscalização e dos órgãos de controle.

11.6. Sempre que possível, antes da decisão pela extinção, a **CONTRATANTE** poderá conceder prazo razoável para saneamento da irregularidade, quando a natureza da ocorrência permitir correção sem prejuízo à continuidade do serviço, à segurança operacional, à saúde pública ou ao meio ambiente.

12.6.1. O saneamento não será admitido, ou poderá ser dispensado, quando:

a) houver risco relevante e imediato ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança operacional ou à continuidade do serviço;

b) a irregularidade for insanável;

c) houver reincidência em infração já anteriormente apontada e não regularizada de forma satisfatória;

d) a urgência da situação exigir providência imediata da Administração.

11.7. O procedimento para extinção seguirá, no que couber, a seguinte ordem:

a) manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;

b) manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;

c) notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa, ressalvadas as hipóteses legais de urgência;

d) parecer da Procuradoria-Geral do Município, quando necessário;

e) decisão final da autoridade competente;

f) notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

12.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nas hipóteses de risco ambiental, sanitário ou operacional relevante, a **CONTRATANTE** poderá adotar imediatamente medidas cautelares e providências necessárias à proteção do interesse público, inclusive suspensão da execução, substituição emergencial da solução, retenção de pagamentos, glosa, comunicação aos órgãos competentes e demais atos necessários, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa posterior.

12.9. A extinção do contrato não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, nem afasta a obrigação de reparação integral dos prejuízos apurados.

12.10. Em caso de extinção contratual, a **CONTRATADA** deverá assegurar, até o limite determinado pela **CONTRATANTE** e observado o interesse público, a adoção das medidas mínimas necessárias à transição operacional, à preservação da continuidade do serviço, à entrega de documentos, registros, relatórios, comprovantes de pesagem e demais informações indispensáveis à continuidade administrativa e à mitigação de riscos ambientais ou operacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

13.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

13.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PARTES INTEGRANTES

14.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos, as condições estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.033/2026**, seus anexos (especialmente o **Termo de Referência**) e a **proposta vencedora** apresentada pela **CONTRATADA**, bem como os demais documentos que compõem o processo administrativo e que sejam necessários à perfeita execução do objeto.

14.2. Quaisquer alterações necessárias durante a vigência contratual serão formalizadas por instrumento adequado, conforme o caso, mediante **termo aditivo** quando houver modificação que altere o conteúdo obrigacional do contrato, ou por **apostilamento** quando cabível, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na legislação aplicável às contratações públicas e demais normas pertinentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

15.2. Subsidiariamente, poderão ser aplicadas normas de direito privado compatíveis com o regime jurídico-administrativo e os princípios gerais dos contratos, quando pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo das regras próprias do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUCESSÃO E FORO

17.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

17.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

17.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Ou

ANEXO VIII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20__

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome: _____

2 – Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, no ano-calendário de realização da licitação**, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____

ANEXO IX DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se válido, legítimo e juridicamente adequado, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____